

O GOLPE MILITAR-CIVIL E O PARTIDO DOS MILITARES (ARENA) NO ESTADO DO PARÁ

PERE PETIT*

RESUMO: Na perspectiva metodológica dos estudos de história local e regional, este artigo, inserido nos debates historiográficos sobre a ditadura militar-civil no Brasil (1964-1985), pretende contribuir para o conhecimento da história política do Estado Pará antes, durante e após o golpe de estado de 1964. Examinamos preferencialmente a participação dos militares e o apoio de setores da sociedade civil ao golpe militar, e a repressão que sofreram estudantes e organizações de esquerda e políticos “populistas”.

PALAVRAS-CHAVE: ditadura militar-civil e processos políticos; história política do Estado do Pará; repressão política.

ABSTRACT: In the view of methodological studies of local and regional history, this paper article, inserted in the historiographical debates about the military-civil dictatorship in Brazil (1964-1985), intends to contribute to the knowledge of political history of the state of Pará before, during and after the coup of 1964. It preferably examines the participation of military forces and the support of civil society sectors to the military coup, and the repression suffered the students, left-wing organizations and “populist” politicians.

KEYWORDS: military-civil dictatorship and politic process; political history of the state of Pará; political repression.

* Vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (UFPA). Mestre em História da América pela Universidad Central de Venezuela, Doutor em História Econômica pela USP, pós-doutor Universidad de Salamanca (Espanha).

INTRODUÇÃO

Este texto pretende contribuir, no âmbito local-estadual (Belém-Pará), á produção historiográfica sobre o golpe civil-militar de 1964 e à instauração, consolidação e crise do regime autoritário-militar no Brasil. Examinamos, preferencialmente, a participação dos militares e setores da sociedade civil no golpe de Estado, a repressão que sofreram os militantes dos partidos de esquerda e políticos reformista-populistas paraenses e a disputa, entre as principais lideranças militares-políticas, pelo controle das instituições político-administrativas e pela liderança no “partido no poder” (Arena) no Pará, dialogando, quando pertinente o nosso “estudo de caso”, inserido no recorte histórico do Tempo Presente, com a produção historiográfica produzida em outros estados e com a “historiografia nacional”, geralmente focada nos acontecimentos político-militares ocorridos no Rio de Janeiro e São Paulo e na sede dos três poderes constitucionais (Brasília).

Continuidade dos meus anteriores estudos e publicações sobre as mudanças sociais, políticas e econômicas no Estado do Pará e dos objetivos da pesquisa atualmente em desenvolvimento na Universidade Federal do Pará (UFPA), intitulada *Sociedade Civil e Cenário Político no Pará em Tempos da Ditadura Militar-Civil*, as principais fontes e materiais utilizados na escrita destas páginas foram jornais de Belém, artigos e livros de memórias e textos historiográficos. Entre os livros de memórias destacamos os intitulados *A Planície* e *Um Híbrido Fértil*, obras do principal articuladores dos golpistas no Estado no Para, o tenente-coronel, ex-governador e ex-ministro Jarbas Passarinho. Também foi de inestimável interesse o livro *1964: Relatos Subversivos – Os estudantes e o golpe militar no Pará* (2004), coletânea de artigos escritos por oito pessoas que tiveram expressiva participação no movimento estudantil paraense nos anos 1960; e as entrevistas realizadas por Maria Celina D’Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro, publicadas no livro *Visões do Golpe: 12 depoimentos de oficiais que articularam o golpe militar de 1964*.

Nos últimos anos, especialmente desde finais de 2013 e em 2014, lembrando os 50 anos do golpe de 1964, foram publicados

diversos livros e coletâneas de artigos nos quais, alguns autores, sobretudo historiadores, refletiam sobre temas específicos e/ou gerais do regime instaurado em abril de 1964 e que perduraria até março de 1985, quando um civil, José Sarney, que fez a sua carreira política no Maranhão no *partido no poder* (ARENA), assumiu a Presidência da República.

Sendo conscientes que precisamos, ainda, de muitos estudos que nos ajudem ao entendimento das razões que levaram ao golpe militar-civil de 1964, e, sobretudo, para compreender a “longa duração do regime militar” (D’ARAÚJO et. al., 2014: 9-10), hoje já podemos consultar um considerável volumem de fontes documentais, hemerográficas, orais, fotografias, documentários, textos biográficos e produções historiográficas, que nos permitem confirmar algumas dos elementos que exerceram considerável influência nos antecedentes e no desenrolar dos acontecimentos no país após o levante militar em Minas Gerais na madrugada do dia 31 de março de 1964.

Existe pouca polarização entre os pesquisadores ao definir o golpe de Estado como civil-militar (ou militar-civil, como eu prefiro denominar), consenso que resumimos com as palavras do historiador Carlos Fico: “Por que o golpe foi civil-militar? Por que houve apoio da sociedade? Não. Apoio houve, mas não é por isso que o golpe foi civil-militar. Foi civil-militar por que os civis deram o golpe também” (FICO, 2013:469). Por mais que seja inegável o protagonismo da cúpula das Forças Armadas, sobretudo do Exército, no golpe e na consolidação do novo regime, a fácil vitória dos militares golpistas seria impensável sem a participação de amplos setores da sociedade civil liderados pelos políticos conservadores, empresários, fazendeiros e, entre outros atores e instituições, pela maioria dos membros da hierarquia da Igreja Católica e meios de comunicação de massas. Setores que lutaram durante anos, sobretudo a partir de 1961, contra os reformistas-populistas e contra a crescente influência na sociedade brasileira dos partidos e organizações de esquerda, especialmente do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Sem desmerecer, nunca, a colaboração econômica, militar e ideológico-cultural do governo dos Estados Unidos aos golpistas no contexto internacional da

Guerra Fria e do impacto no continente americano da revolução cubana e, portanto, da disputa político-ideológica entre partidários do sistema capitalista e socialista no mundo.

Também existe bastante consenso entre os especialistas na necessidade de aprofundar as diferentes fases do regime autoritário-militar, geralmente subdivididas nos períodos que um ou outro membro da cúpula do Exército assumiu a Presidência da República (Castelo Branco, Costa e Silva, Médici, Geisel e Figueiredo), o consenso termina no momento de classificar ou adjetivar ao regime e/ou a ditadura que liquidou a experiência democrática iniciada após o fim do Estado Novo (1945). Uns preferem a usar os conceitos de *ditadura militar* assinalando que foram as Forças Armadas as que, durante 21 anos, controlaram, direta ou indiretamente, as principais instituições do Estado brasileiro. Outros apenas consideram pertinente definir como *ditadura militar* o período entre o AI-5 (dezembro/1968) até 1979. Entretanto, outros estudiosos, dando continuidade às reflexões de René Dreifuss, optam pela definição de *ditadura civil-militar* para todo o período ou apenas para os anos de 1964 a 1979, como sustenta, por exemplo, Daniel Aarão Reis. Esta última é também a nossa perspectiva por mais que não concordemos com a periodização proposta por Aarão Reis, preferindo denominar todo o período de 1964 a 1985 - modificando a ordem dos fatores - como *ditadura militar-civil*, ainda que não deixemos de avaliar a importância que tiveram para as mudanças políticas no país a extinção do AI-5 (1978), a anistia (1979), o fim do bipartidarismo e posterior legalização de novos partidos e as eleições de 1982, isto é, durante o seguro, gradual e, também, contraditório e excessivamente longo, processo de liberalização política, iniciado durante o mandato de Ernesto Geisel.

ORGANIZANDO O GOLPE DE ESTADO

Temos hoje poucas dúvidas a respeito da existência de variadas articulações golpistas, civis e militares, para “lutar contra o comunismo” e afastar a João Goulart da Presidência

da República, especialmente após ser aprovado, no plebiscito realizado em janeiro de 1963, o retorno ao sistema presidencialista. Articulações que foram sendo alimentadas, na década de 1950 até 1964, nos levantes militares liderados por membros das Forças Armadas contra Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart, sempre apoiados e/ou estimulados por setores civis.

Os preparativos golpistas se aceleraram em março de 1964 em decorrência da crise político-militar provocada, entre outros muitos fatores, pelas mobilizações de sargentos, marinheiros e fuzileiros navais, o Comício pelas Reformas de Base (Rio de Janeiro: dia 13), a Marcha da Família com Deus pela Liberdade (São Paulo: dia 19) e a proposta de reformar Constituição defendida pelo presidente João Goulart.

Muitos militares justificaram sua participação no golpe de Estado argumentando a anuência do presidente João Goulart e ministros do governo federal aos atos de indisciplina de marinheiros e sargentos, mas foi também a indisciplina, isto é, as atividades desenvolvidas por setores militares, contra ou sem o conhecimento dos seus superiores hierárquicos, uma das “condições cruciais para o sucesso da conspiração: muitos oficiais conspiraram contra seus chefes e doutrinaram suas tropas enquanto procuravam um líder general que os representasse e liderasse” (D’ARAUJO et. al., 2014: 14). No dia 20 de março, foi distribuída a *Instrução Reservada do General Castelo Branco* (chefe do Estado-Maior do Exército), dirigida aos generais e demais militares do Estado-Maior e das organizações subordinadas, alertando para as ameaças oriundas das medidas anunciadas por Goulart no comício do dia 13, que Castelo considerava ilegais, afirmando que...

... o advento de uma Constituinte como caminho para a consecução das reformas de base e o desencadeamento em maior escala de agitações generalizadas do ilegal poder do CGT (...). A ambicionada Constituinte é um objetivo revolucionário pela violência com o fechamento do atual Congresso e a instituição de uma ditadura (...). É preciso aí perseverar, sempre “dentro dos limites da lei”. Estar pronto para a defesa da legalidade, a saber, pelo funcionamento integral dos três poderes constitucionais (LIRA NETO, 2013: 239-240).

A mudança de atitude do “legalista” Castelo Branco estimulou a ampliação do número de golpistas e os preparativos dos já anteriormente articulados. Por exemplo, segundo Alberto da Fontoura, então coronel do III Exército, sediado em Porto Alegre: “Quando saiu a circular, nós mandamos um coronel ao Rio para busca-la, tal era a sua importância (...). Essa circular do Castelo, de certa forma, nos deu uma pequena unidade, resquícios de unidade” (D’ARAÚJO et. al., 2014: 188-189). No mesmo depoimento o general Carlos Alberto da Fontoura, informa que Costa e Silva estava preparando o golpe de Estado para o dia 6 ou 7 de abril (idem: 189); entretanto, segundo Antônio Bandeira, tenente-coronel chefe da Seção de Informações do Estado-Maior do IV Exército, sediado em Recife, Castelo Branco planejava o golpe para uns dias antes, entre os dias 2 a 4 de abril:

Na mensagem que o general Castelo Branco dirigiu a mim e ao coronel Ibiapina, ele dizia que a Revolução deveria eclodir na semana que se aproximava. Isto foi no sábado e, portanto, seria na semana seguinte, mas não antes de quarta-feira. Portanto, seria de quarta até sábado, mas ele nos avisaria a data certa. Caso não pudesse avisar, sua prisão seria uma senha para a eclosão do movimento (idem: 202).

Na madrugada da terça feira dia 31 de março, o general Mourão Filho, Comandante da IV Região Militar, sediada em Juiz de Fora (Minas Gerais), ordenou às tropas sob seu comando se dirigir ao Rio de Janeiro para exigir a renúncia do presidente João Goulart. Iniciava-se o levante militar que culminaria com o golpe de Estado, “tramado dentro e fora do país” (leia-se nos EUA), “resultado de uma ampla coalizão civil-militar, conservadora e antirreformista” (NAPOLITANO, 2014: 7-10). O movimento militar em Minas Gerais, ainda que fosse considerado prematuro por outros oficiais e setores civis favoráveis ao afastamento de João Goulart da Presidência da República, acelerou, certamente, os acontecimentos e sob o comando, principalmente, dos generais Costa e Silva e Castelo Branco, e os governadores de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, no dia 2 de abril seria liquidado o governo populista-reformista que tinha como meta principal, naquele momento, a implementação das reformas de base. Um

depoimento muito esclarecedor foi o do general Carlos de Meira Mattos, que em março de 1964 era o coronel que comandava o 16º Batalhão de Caçadores em Cuiabá:

A conspiração que acabou na Revolução de 31 de março de 1964 foi uma conspiração multipolar. Houve vários polos de conspiração, e esses polos não tinham muito entendimento (...). Em São Paulo houve quatro o cinco focos de conspiração, no Rio houve quatro, cinco, e outros no Rio Grande do Sul, na Bahia, em Recife, no Paraná. É interessante, todos queriam derrubar a João Goulart, mas não havia um comando, não havia ninguém que coordenasse isso tudo (...). Naquele tempo as comunicações eram muito difíceis. Mas nós tínhamos a conspiração lá em Mato Grosso, com ramificações (...). E a gente se comunicava aqui com o Rio. Tem gente que vai, que vem (...). Brasil todo. E eu tinha um plano. Cada um teria um plano. O meu plano era, de Cuiabá partir para Brasília. Já tinha tudo reconhecido, tudo pronto. Tanto que eu esperava a revolução para dois ou três dias depois. Mas quando o Mourão deu a largada, não consultei mais ninguém, larguei também. Fui para Brasília..., consegui chegar no dia 1º de abril. Na tarde desse dia, João Goulart tinha fugido de Brasília. Cheguei no fim da tarde, e ele já tinha conseguido fugir (D'ARAUJO et. al., 2014: 96-98).

PSD, PTB E A ESQUERDA NO PARÁ

Após a Revolução de 1930 até 1964, as principais disputas políticas no Pará pelo controle do governo estadual, assembleia legislativa e prefeituras paraenses, foram estabelecidas entre os setores políticos que se vincularam ao interventor e, posteriormente, governador Magalhães Barata e seus opositores¹. Após a morte de Barata, o vice-governador Moura Carvalho assumiu o governo estadual. A máquina político-eleitoral criada por Magalhães Barata, que se sustentava no seu carisma, mas também nas relações clientelísticas com os comerciantes e grandes

1 Magalhães Barata nasceu em Belém em junho de 1886, passando sua infância em Monte Alegre, município do Baixo Amazonas (Pará). Em 1924, servindo em Manaus como 1º tenente do Exército, somou-se ao movimento tenentista. Entre 1930-1935 e 1943-1945, fundador no Pará do Partido Social Democrático (PSD), foi eleito senador em 1945 e governador em 1955, faleceu, em Belém, no dia 29 de maio de 1959.

proprietários de terra que asseguravam ao PSD o controle de boa parte das prefeituras paraenses, obteve uma nova vitória para o PSD em 1960, elegendo governador ao advogado Aurélio do Carmo. Vitória favorecida pela divisão dos partidos *antibaratistas* que integravam, até então, a Coligação Democrática Paraense (UDN, PSP, PST, PL e PRT) e também pelo apoio que recebera do PTB e do PCB, o candidato do PSD.

Nas eleições de 1962, o PSD elegeu quatro dos dez deputados federais paraenses e 17 dos 37 membros da Assembleia Legislativa. Dos seis deputados estaduais eleitos pelo PTB em 1962, o advogado, escritor e militante do PCB, Benedicto Monteiro, foi quem obteve maior número de votos. Em 1960, durante o governo de Moura Carvalho, Monteiro desempenhou o cargo de secretário de Estado de Obras, Terras, Viação, cargo que manteve no governo de Aurélio do Carmo com o principal objetivo de estabelecer projetos de reforma agrária². Em 1962, os comandantes do Estado-Maior do Comando Militar da Amazônia, acusando a Benedicto Monteiro de “comunista e subversivo” solicitaram a cassação do seu mandato de deputado estadual, as alegações foram aceitas pelo Tribunal Regional Eleitoral, porém...

Foi preciso impetrar mandato de segurança perante o Superior Tribunal Eleitoral, já funcionando em Brasília, para poder ter o direito de disputar a minha reeleição. Devo ressaltar que se não fosse a ajuda pessoal do meu amigo João Goulart, presidente da república, que colocou um grande advogado para defender a minha causa, eu não teria restabelecido esse direito (MONTEIRO, 1993: 190).

Fundado em 1922, o PCB obteve a sua legalização em 1945 no fim do Estado Novo. Em janeiro de 1948, num momento em que o mundo entrava em plena Guerra Fria, voltou à clandestinidade ao ser cancelado, em maio de 1947, seu registro pelo Superior Tribunal Eleitoral e cassado pelo Congresso Nacional (07/01/1948) o mandato de todos os seus militantes

2 Durante a gestão de Benedicto Monteiro foram iniciados os projetos de colonização no Pará em terras situadas nas margens da Belém-Brasília para o assentamento de posseiros e trabalhadores rurais. Em 1963, Monteiro apresentou à Assembleia Legislativa o projeto de reforma agrária do governo estadual.

eleitos nas candidaturas do partido entre 1945 e 1947, entre eles o deputado estadual paraense Henrique Felipe Santiago. Embora na ilegalidade, o PCB exerceu considerável influência na política nacional e no cenário político paraense até o golpe de Estado de 1964, especialmente nos sindicatos urbanos (petroleiros, bancários, estivadores, jornalistas) e rurais, no movimento estudantil e no meio intelectual e artístico.

Na primeira metade da década de 1960, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), a Ação Popular (AP), a Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-Polop) e organizações trotskistas eram as principais forças políticas que, no espaço da esquerda, competiam com o PCB. De todas essas organizações, apenas Ação Popular dispunha de relativo peso político no Pará antes do golpe militar-civil de 1964. Na capital do Pará membros da AP lideravam o movimento dos estudantes secundaristas e o Sindicato dos Metalúrgicos e tinha bastante influência no Movimento de Educação de Base (MEB) e na União Acadêmica Paraense (UAP), entidade que reunia os diferentes Diretórios e Centros Acadêmicos da Universidade do Pará, cuja diretoria era compartilhada com o PCB e o grupo dos denominados independentes.

PREPARANDO O GOLPE NO PARÁ

Promovido, em 1963, a tenente-coronel, Jarbas Passarinho³, que se transformaria no principal articulador dos golpistas no Estado do Pará, confirma a existência em Belém de um grupo de pessoas, lideradas por ele e o major Antônio José do Carmo Ramos - ambos oficiais do Estado-Maior do Exército em Belém -, que estavam se preparando para o confronto, que, segundo eles, “parecia inevitável” com os “comunistas e simpatizantes”.

³ Jarbas Gonçalves Passarinho nasceu no dia 11 de janeiro de 1920, em Xapuri (Acre). Passou a maior parte da sua infância em Belém, ingressando na Escola de Cadetes em 1939. Eleito governador do Pará em junho de 1964 exerceu esse cargo até janeiro de 1966. Foi também Ministro de Trabalho e Previdência Social (Governo Costa e Silva), de Educação (Governo Médici), da Previdência e Assistência Social (Governo João Figueiredo) e de Justiça (Governo Collor).

Vejamos, a seguir, alguns trechos extraídos do primeiro livro de memórias de Jarbas Passarinho.

As reuniões tinham caráter clandestino, para fugir da delação e da vigilância dos esquerdistas. Usávamos o saguão de uma fábrica de refrigerantes, na Avenida Almirante Barroso (...). Entrávamos normalmente pela madrugada, na exposição e nos debates. Já dispoño de quadros treinados, organizamo-nos, de modo a durar no tempo. A direção-geral ganhou assessorias, enquanto os grupos se especializavam em três setores: Ação Política, Contrapropaganda e Logística. A principal ação política estava afeta à ação política, desdobrada em Ação Cívica e Contra-Insurreição. A primeira se encarregava de arregimentação de pessoal, nas frentes: estudantil, operária, camponesa e feminina; a contra insurreição voltava-se para os campos político, social, psicológico e econômico. Fazíamos a propaganda dos valores democráticos, justificando o porquê de nossa luta. Defendíamos o princípio de que a segurança interna não era assunto privativo das Forças Armadas, cabendo-nos o esclarecimento da opinião pública sobre a realidade do comunismo mundial, o desmascaramento das infiltrações, a identificação das organizações de fachada (...). Nossos grupos, já então se aproximando de cem integrantes (...), eram constituídos de jovens, em geral: advogados, médicos, engenheiros, economistas, professores universitários, funcionários públicos, comerciantes (...). De militares, só o Major Ramos e eu. Não queríamos, de modo algum, dar caráter paramilitar ao movimento essencialmente cívico (PASSARINHO, 1990: 93 e 96-97).

Segundo depoimento do general Gustavo Moraes Rego Reis, em outubro de 1961, o então coronel Hugo de Andrade Abreu participava, junto com Jarbas Passarinho, de um grupo de oficiais conspiradores que se relacionavam, desde 1954, na Escola de Estado-Maior (D'ARAÚJO et. al., 2014: 61-62).

Como chefe da 3ª Seção, aproveitei para fazer planos de operações, prevendo o desdobramento da política nacional. Eu mantinha ligações com o II Exército, em São Paulo, através do coronel Ruben Resstel que servia naquele Quartel-General (...). Resstel⁴ era muito respeitado

4 Segundo Flávio Tavares, o último jornalista que conversou com João Goulart em Brasília no dia 1º de abril, o coronel Rubens Resstel era quem fazia a ponte com os conspiradores civis em São Paulo. Após a vitória dos golpistas, Resstel presidiu os trabalhos do Inquérito

pelos Mesquita, de *O Estado de S. Paulo*, e exercia liderança entre seus pares. Minha ligação se fazia possível através da rede clandestina de radioamadores de São Paulo (...). Concomitantemente, o coronel Haroldo Veloso⁵ fazia contatos comigo, vindo do Rio, assim como emissários civis do coronel-aviador Gustavo Borges⁶, secretário de Segurança do governo Carlos Lacerda, na Guanabara. Até fevereiro [1964], nos organizávamos, visando a nos opor a um golpe contra as instituições democráticas, partindo fosse dos partidários de uma república sindicalista, sob João Goulart, ou das hostes de Brizola, ou ainda de parte dos comunistas (...). Com os sinais alarmantes que nos vinham, depois do comício de 13 de março e da fala do Presidente Goulart aos sargentos, a 16, no Automóvel Clube, destacamos incógnito, mas com a aprovação do general Ramagem, o major Ramos para o Rio, na companhia do sr. Jovelino Coimbra. Dia a dia, o major Ramos nos mandava mensagens pela Western, em linguagem de código, previamente combinado. No dia 29 o telegrama falava de uma “remessa de catálogos de selos”. Era a senha significando que a “situação era gravíssima (PASSARINHO, 1996: 172-173 e 177).

Na noite do dia 30 de março, um dia antes, portanto, do levante militar em Minas Gerais, a capital do Pará vivenciaria a atuação dos setores golpistas, regimentados por Jarbas Passarinho, quando estudantes de Belém e da ilha do Marajó e membros da Polícia Militar tentaram impedir o ato de abertura do I Seminário Latino Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior (SLARDES) que estava sendo realizado no auditório da Faculdade de Odontologia. A invasão deveria ter acontecido em sincronia com a ação da Polícia Militar, cuja incumbência seria agredir e prender aqueles que não tivessem lenços brancos amarrados no pescoço. Por alguma feliz razão, as pessoas com lenços brancos invadiram o auditório antes do combinado com oficiais da PM. Para participar do SLARDES chegaram a Belém

Policial Militar (IPM) de São Paulo (TAVARES, s.d).

5 O major-aviador Haroldo Veloso liderou, em 1956, a Revolta de Jacareacanga (Itaituba/Pará), e participou também da Revolta de Aragarças (Goiás), em dezembro de 1959. Em 1966, elegeu-se deputado federal pelo Pará na legenda da Arena.

6 O coronel-aviador Gustavo Borges é indicado pelo general Gustavo Moraes Rego Reis com um dos mais notórios integrantes da denominada “linha dura” nas Forças Armadas (D’ARAUJO et. al., 2014: 55).

estudantes argentinos, bolivianos, colombianos, guianenses, venezuelanos e peruanos, integrantes da diretoria nacional da UNE e estudantes de alguns municípios paraenses e de outros estados do país. O seminário foi organizado pela União Internacional dos *Estudantes (UIE)*, a *UNE* e a União Acadêmica de Estudantes do Pará (UAP). Segundo Pedro Galvão, militante da AP e presidente da UAP:

Poderia ter sido uma carnificina, alguém me contou, talvez exagerando, alguns anos mais tarde. E só não o foi porque houve uma precipitação. Era para ser uma ação sincronizada entre os invasores, filhos de fazendeiros em sua maioria, e uma força da Polícia Militar do Estado. Por sorte, um daqueles rapazes [que fazia parte dos chamados “lenços brancos”], o Mickey Lobato, esporeado pelos nervos, detonou a invasão alguns minutos antes do tempo. A tropa só chegaria depois, quando já conseguiríamos serenar os ânimos. Mickey entrou berrando palavrões, interrompendo o discurso do representante da Nicarágua, se esta miserável memória não me trai (...), gritavam “vamos acabar com esta merda, bando de comunas filhos da puta” (GALVÃO, 2004: 21).

A VITÓRIA DOS “REVOLUCIONÁRIOS”

No dia 31 de março de 1964, o governador do Pará, Aurélio do Carmo, e o prefeito de Belém, Moura Carvalho, encontravam-se no Rio participando da Convenção Nacional do PSD. Nesse dia o governador do Pará manifestou a sua oposição ao movimento militar de Minas Gerais. As suas palavras foram reproduzidas no jornal *O Liberal* no dia 1º de abril na matéria intitulada “Aurélio no Rio de Janeiro fala ao Liberal”, na qual o governador declarava que as “Forças Armadas e o povo brasileiro não permitirão que a democracia seja aviltada e que a mudança de regime seja concretizada por desejo de uma minoria insignificante”, não acreditando “no êxito de qualquer tentativa de solução extralegal para os problemas brasileiros” e julgava indispensável que se fizeram “as reformas de base, reclamadas pelo país”⁷.

7 *O Liberal* começou a circular em Belém em 1946. Fundado por iniciativa de Magalhães

Às 21 horas da noite do dia 31, o general Orlando Ramagem, Chefe do Comando Militar da Amazônia (CMA), reuniu-se, no Quartel-General do CMA em Belém, com as principais autoridades militares, Armando Serra de Menezes (Comandante da 1ª Zona Aérea) e Boris Markense (Sub-Comandante do 4º Distrito Naval). Jarbas Passarinho sugeriu a imediata ocupação de Belém e a prisão dos líderes do CGT, mas a sua sugestão foi “julgada prematura pelo brigadeiro Serra de Menezes (...). Encerrada a reunião, o comandante da Polícia Militar, coronel Iran, tentaram colocar em execução o nosso plano de ação (...), mas o vice-governador (...) negou cobertura á ação da Polícia Militar” (PASSARINHO, 1996: 179).

Até as primeiras horas da tarde do dia 1º de abril, Ramagem continuava, ainda, muito reticente em apoiar o golpe de Estado, mas a partir da sua conversa, por radioamador, com o Quartel-General do II Exército, concretamente com o major Vinícius Kruel, sobrinho do general Amaury Kruel, por volta das 15 horas do dia 1º de abril, o general Ramagem também aderiu ao golpe. O general Amaury Kruel comandante do II Exército (São Paulo-Mato Grosso), considerado um dos homens de confiança do esquema militar de João Goulart exigiu que o presidente rompesse com o CGT (leia-se, os comunistas) e que fossem afastados do governo os ministros Abelardo Jurema (Justiça) e Darcy Ribeiro (Chefe da Casa Civil), ao não aceitar presidente essas exigências, na noite do dia 31 optou por colaborar com os golpistas. Na entrevista que concedeu no dia 4 de abril de 1964, o general Amaury Kruel declarou que o apoio do II Exército ao movimento irrompido no dia 31 de março, “despidos de qualquer caráter político-partidário, visaram, exclusivamente, neutralizar a infiltração comunista que se fazia sentir, e forma acentuada, na quase totalidade dos setores governantes”⁸.

No dia 1º de abril a maioria dos membros das Forças Armadas e boa parte governadores tinham aderido ao golpe de

Barata para se contrapor ao radicalmente antibarata A *Folha do Norte*, jornal dirigido pelo jornalista Paulo Maranhão. *O Liberal* sempre atuou como porta-voz do PSD, sendo adquirido, em 1996, pelo empresário Rômulo Maiorana.

8 *Folha do Norte*. Belém, 05/04/1964.

Estado. O vice-governador do Pará, Newton Miranda, alegando que estava esperando a definição do governador Aurélio do Carmo, continuava relutando em apoiar publicamente aos golpistas como fora sugerido pelo Estado-Maior do Comando Militar da Amazônia. Após o governador, junto com a maioria das lideranças nacionais do PSD, optaram pelo afastamento de João Goulart, Newton Miranda aceitou que o seu nome fosse incluído entre os signatários do *Manifesto ao Povo do Pará* (PASSARINHO, 1990), que foi subscrito também pelo general Orlando Gomes Ramagem, o brigadeiro Armando de Menezes e o comandante Boris Markense. Nos primeiros parágrafos do manifesto, cuja redação foi encomendada pelo general Ramagem a Jarbas Passarinho, lia-se:

Não poderiam os paraenses, pelo seu governador, e os militares, por seus chefes legítimos, retardar por mais tempo a sua completa adesão ao abençoado movimento, que eclodiu no generoso solo de Minas Gerais (...), que logo se irradiou por todo o território pátrio. Tão pronto alguns problemas locais foram satisfatoriamente solucionados, como recomendava a virtude da prudência e o desejo do não-derramamento de sangue dos amazônidas, Governo e Comandantes Militares, em íntima comunhão de pensamento, ligados pelo mesmo amor ao Brasil, e igualmente repudiando o comunismo ateu e tirânico, fazem saber à Nação brasileira a sua firme e inabalável determinação de formarem ao lado das forças que se batem pela restauração do princípio da autoridade e pelos fundamentos da própria organização militar, que são a disciplina e a hierarquia, tão vilmente vilipendiados e enxovalhados pela mais despuorada demagogia e pela deplorável ausência de espírito público. Conscientes da gravidade da sua decisão perante a história que os há de julgar, Governo do Pará e Comandantes Militares em serviço na Amazônia, proclamaram-se enfaticamente contra o despotismo que se pretendeu instaurar no Brasil para servir ao comunismo internacional⁹.

9 *Folha do Norte*. Belém, 02/04/1964.

TENTANDO RESISTIR: SINDICALISTAS, ESTUDANTES...

Para se contrapor ao levante militar em Minas Gerais, militantes e lideranças do CGT, da UAP, do PCB e da AP tentaram organizar aos trabalhadores e estudantes de Belém e de outros municípios paraenses. Com essa finalidade fizeram público sendas notas de repúdio e chamadas à mobilização do CGT e da UAP, ambas reproduzidas, no dia 1º de abril, na *Folha Vespertina*¹⁰ e no *Jornal do Dia*.

TRABALHADORES E ESTUDANTES UNIDOS CONTRA O GOLPE

Os trabalhadores paraenses estão, desde ontem, em intensa manifestação. Todos os dispositivos de arregimentação acham-se em célebre funcionamento, aglutinando forças que deverão entrar em ação a qualquer momento, em caso de ordem do CGT que esta madrugada decretou greve geral. Para afirmar posição nesse sentido reuniram-se ontem a Federação dos Marítimos, os Sindicatos do Petróleo, Operários Navais e PUA. Hoje estarão reunidos os Estivadores, Náuticos, Arrumadores, Motoristas, Marítimos, Bancários, Alfaiates, telegráficos, além de outros. Um emissário deveria seguir hoje para o Rio, com missão especial, em face dos acontecimentos. A situação, assim, era de alerta.

UAP: Nota Oficial

A decisão de seu Congresso Extraordinário ontem realizado, considerando que se desenvolve no país um processo golpista contra o mandato do Presidente da República, e atentando à orientação da União Nacional dos Estudantes: Resolve: 1- Decretar greve geral dos universitários paraenses até que seja destruído todo o esquema golpista

10 O jornal a *Folha Vespertina* foi fundado, em 1941, por João Paulo Maranhão, como segundo jornal do grupo *Folha do Norte*, grupo editorial que encerrou as suas atividades em 1974 ao serem comprados pelo Grupo Maiorana, donos do jornal *O Liberal*. O *Jornal do Dia* circulou em Belém entre 1961 e 1965. Seu proprietário era o deputado federal pelo PTB, Armando Carneiro apoiava o governo João Goulart e atacava aos “baratistas” do PSD: “Com certa ironia, dizia-se que o *Jornal do Dia* era a *Última Hora da véspera*. Não sem certa razão: o jornal carioca só chegava a Belém no final da tarde ou início da noite. Parte do seu material era recortado, colado e saía nas páginas do *JD* do dia seguinte” (PINTO, 2007).

que ameaça o Brasil; 2- Conclamar todos os oficiais, sargentos, soldados, trabalhadores camponeses e o povo em geral para cercarem fileiras em torno do Presidente da República, que encarna, neste momento, os sentimentos reformistas de libertação do povo brasileiro.

No dia 1º de abril a polícia dispersou uma manifestação de “um numeroso grupo de estivadores no centro da cidade”¹¹, entretanto, integrantes dos sindicatos dos petroleiros, marítimos, bancários, rodoviários, telegráficos entre outros se mantinham em *estado permanente de vigília* ou *alerta*. Pela tarde e noite do dia 1º de abril as sedes dos sindicatos dos petroleiros e dos bancários foram ocupadas por oficiais e soldados do Exército, e a sede do sindicato dos estivadores por fuzileiros navais. Também foi destacada um força militar na frente da sede do PTB. Segundo Carlos Sá Pereira fundador do Sindipetro PA/AM/MA/AP:

... como presidente eleito do Sindicato dirigi-me ao Edifício Cosmorama, onde funcionava a Direção Administrativa da Petrobrás não só para saber de notícias, através da estação de rádio, como também par me orientar. Em frente começou um verdadeiro comício onde vários oradores se manifestaram e eu então propus que daquele momento em diante reuníssemos no Sindicato. Precisamente às 23 horas [dia 1º] houve telefonema dirigido a mim (...) para me alertar que daquele momento em diante estava tudo perdido e que era cada um por si mesmo. Como eu tinha combinado com a direção regional do PCB se caso necessário fosse, deveria fazer uma retirada estratégica para o local e o barco que já estavam memorizados para irmos para Cuba através de Paramaribo. Imediatamente reuni com os associados presentes em vigília permanente, relatei o acontecido, desfiz a reunião e preparei-me para alcançar a Estrada Nova [Belém], não tive sorte (PEREIRA, 2010).

Suspensas as aulas pelas autoridades militares, pela manhã e a tarde do 1º de abril, muitos estudantes universitários e secundaristas se concentraram na sede da União Acadêmica Paraense acompanhando a *Vigília Cívica pela Democracia* convocada pela UAP na sua sede na Avenida São Jerônimo (hoje José Malcher). Lá, por meio de um alto-falante, irradiavam hinos

11 *Folha do Norte*. Belém, 03/04/1964.

patrióticos, canções libertárias e notícias das rádios legalistas, sobretudo do Rio Grande do Sul, estado no qual Leonel Brizola, como fizera em 1961, tentava organizar a defesa da legalidade e a permanência de João Goulart na Presidência da República. Na tarde desse mesmo dia, o coronel José Lopes de Oliveira (“Peixe-agulha”), recebeu ordens de prender os “subversivos” que pudessem colocar em risco todo o aparato montado desde o Centro-Sul até Belém. À noite, apesar das reticências do general Orlando Ramagem, a sede da UAP foi invadida por ordem de Jarbas Passarinho.

Por todo aquele dia centenas de estudantes passaram pela UAP numa ação a que chamávamos, com ingênua pompa, de “vigília cívica pela democracia”. Denunciávamos o golpe militar em marcha, através de um alto falante (...); fomos surpreendidos pela chegada espantosa da tropa: soldados avançando no marche-marche típico da ordem unida militar, deitando nas calçadas e no asfalto onde posicionavam os tripés de suas metralhadoras apontadas contra nós. Daí para frente tudo foi correria e atropelo, a rapaziada escapando pelos fundos, galgando muros, varando os quintais vizinhos. Uns poucos se esgueiraram pela porta da frente e se confundiram com as pessoas na rua. Muitos ficaram encurralados nas três primeiras salas da UAP (...). Os soldados entraram quebrando tudo (...). Rente a mim voavam pedaços da divisória de madeira e vidro na minha sala, arrebatados por um soldado a coronhadas de fuzil (GALVÃO, 2004: 18-19).

Todas as lideranças do movimento estudantil de Belém que publicaram seus textos no livro *1964 - Relatos Subversivos*, publicado em 2004, mencionaram o ataque à sede da UAP como o momento mais representativo da vitória dos golpistas no Pará e um dos momentos mais traumático das suas vidas e da história do movimento estudantil paraense. O processo ditatorial no Pará, segundo as memórias dos então estudantes, parecia que não tinha mais volta.

Como o golpe praticamente consumado, os vitoriosos de Belém agora podiam sair da toca e exibir bravura. Colocando as tropas nas ruas iriam a exterminar, de uma vez por todas, os terroristas que enxergavam até na hora de dormir. Saíram à cata do paiol de munições dos comunistas

e não encontraram nem revólver de brinquedo, pois não havia. Em compensação, a operação de cerco e invasão da UAP no início daquela noite, seria pura glória revolucionária (BARATA, R.A, 2004: 282)¹².

JORNAIS DE BELÉM ESTIMULANDO AOS GOLPISTAS

Notável atuação no Pará contra as reformas democrático-progressistas, contra os comunistas e estímulo aos golpistas, tiveram a maioria dos jornais e rádios antes, durante e após o golpe de Estado. *A Província do Pará*¹³ e *Folha do Norte*¹⁴ foram os jornais que mais se destacaram nessa empreitada, sobretudo durante o segundo semestre de 1963 e primeiro trimestre de 1964. Através dos seus artigos e informações esses jornais tentavam mostrar os riscos para o país do “ideário marxista”, a “cubanização”, a “ameaça vermelha”, o crescimento da influência dos comunistas nos sindicatos e instituições políticas, orientando também a suas armas - as palavras e imagens - contra os “brizolistas” e “janguistas”. Jarbas Passarinho era, segundo ele, quem escrevia todos os editoriais do jornal *A Província do Pará* “na linha de oposição severa ao que se passava no Brasil” (PASSARINHO, 1990, p. 85).

Como era de esperar, *A Província do Pará* forneceu entusiástico apoio ao levante militar do dia 31 de abril. *A Folha do Norte* manteve no dia 1º de abril uma linha informativa que podemos classificar de neutral, publicando nas suas páginas informações e comentários favoráveis à ação dos militares e do governador Magalhães Pinto, em Minas Gerais, mas também informações a

12 Ruy Antonio Barata, médico atualmente radicado em São Paulo, filho do ex-deputado federal e poeta Ruy Barata, ingressou no PCB em 1964, teve relevante atuação na recomposição do movimento estudantil paraense até 1968, quando liderou a ocupação da Faculdade de Medicina da UFPA.

13 O jornal *A Província do Pará*, fundado em Belém em 1867, desde 1947 fazia parte do conglomerado de jornais e emissoras de rádios da firma Diários Associados, empresa controlada pelo jornalista, empresário e político Assis Chateaubriand.

14 O jornal *Folha do Norte* iniciou sua circulação em 1896. Dirigido pelo jornalista e Paulo Maranhão, a partir de 1933 se transformou num reduto de oposição aos baratas. Adquirido pelo jornalista Rômulo Maiorana em 1973, um ano depois saiu de circulação.

Nota do Governo Federal contra os Golpistas e a informação de que a “CGT e UNE deflagram greve geral em todo o País em repúdio ao movimento de Minas Gerais e em solidariedade ao presidente da República”. Na edição do dia 2 de abril, a *Folha do Norte* já se manifestara em favor da destituição de João Goulart.

O jornal *O Liberal*, porta-voz do PSD - que nos meses anteriores publicou também não poucos artigos anticomunistas -, nas edições publicadas nos dias 1º e 2 de abril manteve, esperando a definição política das lideranças nacionais e locais do PSD, certa ambiguidade informativa, mas, um dia depois, acabaram-se as dubiedades. Vejamos uma das informações publicadas nesse jornal o dia 3 de abril:

A residência do senador Juscelino Kubitschek foi o quartel general do líderes do PSD que acompanhavam, em todos os seus detalhes, o desenrolar dos acontecimentos no país. Ali estavam Aurélio do Carmo e Moura Carvalho, com suas posições definidas na luta contra a tentativa de implementar-se no Brasil a ideologia vermelha¹⁵.

Na mesma edição e também na capa do jornal foi reproduzida a *Mensagem ao Povo Paraense* de Moura Carvalho, presidente do PSD no Pará e prefeito de Belém. Vejamos, a seguir, alguns trechos dessa histórica mensagem:

No momento em que a Nação retoma a plenitude de seu regime democrático como resultado de esforço patriótico das nossas Forças Armadas, o que representou a aspiração de todo o povo brasileiro, desejo, na qualidade de militar e com a responsabilidade de uma liderança partidária, proclamar a incontida vibração de que me acho possuído por esse acontecimento histórico que significa o esmagamento definitivo da traição e dos inimigos da Pátria [...]. Desde os primeiros instantes da crise coloquei-me ao lado daqueles que desejavam devolver a tranquilidade e a paz ao nosso povo, dentro dos postulados constitucionais que fixaram como a base da organização das Forças Armadas, o princípio das disciplinas e da hierarquia¹⁶

15 *O Liberal*, “Aurélio ao lado de JK acompanhou o desenrolar dos acontecimentos no país”. Belém, 03/04/1964.

16 *O Liberal*. Belém, 03/04/1964.

Na perseguição aos comunistas, iniciada no Pará dia 1º e abril, destacaram-se também os principais jornais paraenses. Por exemplo, a *Folha do Norte*, no dia 5 de abril publicava a matéria intitulada “Exército e Polícia intensificam a caçada aos comunistas em Belém”, na qual informavam que as lideranças do PCB, Raimundo Jinkings (presidente do Sindicato dos Bancários de Pará e Amapá e presidente do CGT regional), Francisco Ribeiro do Nascimento (secretário geral do Sindicato dos Comerciantes), deputado Benedicto Monteiro e o engenheiro João Luiz de Aragão, estavam sendo procuradas nos municípios de Bragança, Alenquer e Santarém, “suas prisões são aguardadas em qualquer momento, solicitando o Exército a colaboração do povo em particular para a concretização da prisão dos citados comunistas foragidos”¹⁷. Segundo o antropólogo Roberto Cortez, então estudante da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFPA e militante da AP:

O anonimato da denuncia política e ideológica era incentivado e premiado. O “informante invisível”, famosa coluna do fim de semana, da *Folha do Norte*, divulgava listas dos suspeitos recomendando as suas prisões. O “dedo duro” virava uma instituição política nacional, cultivada com requinte [...]. A direita estava eufórica e sorridente (CORTEZ, 2004: 55).

O *Jornal do Dia* foi o único jornal da capital do Pará que não deu a sua anuência ao golpe militar-civil. Segundo os jornalistas Donato Souza e o Álvaro Martins - que trabalhavam no *Jornal do Dia* em 1964 -, uma vez concluída a edição a ser impressa, o secretário da redação se dirigia, todos os dias, até o QG do Exército, na Praça da Bandeira, para ser revisado e, se pertinente, censurado, pelo Chefe do Estado-Maior, o coronel Décio: “Não havia como escapar, como eixar passar alguma coisa. E durante o dia, sempre havia telefonemas, ou do Exército ou da Polícia Federal, determinando não se noticiar nada sobre determinados fatos” (BARROS, 2004). Donato Souza, relata também, com não pouco ironia, que o *Jornal do Dia* foi o “único a ter a honra de

17 *Folha do Norte*. Belém, 05/04/1964.

dispor, das 10 horas da noite às cinco da manhã, de um soldado do Exército, fardado, de baioneta calada, de guarda na porta” (idem).

IGREJA CATÓLICA: ANTICOMUNISTAS E PROGRESSISTAS EM 1964

O arcebispo de Belém, dom Alberto Gaudêncio Ramos, uma das principais lideranças morais e intelectuais dos setores conservadores paraenses, além de mostrar seu apoio irrestrito ao golpe de Estado que destituiu a João Goulart, destacou-se pelo seu empenho em tentar evitar a “infiltração comunista” nas instituições da Igreja católica, sobretudo entre os jovens que participavam das atividades da Juventude Universitária Católica (JUC) e da Juventude Estudantil Católica (JEC), entidades que se transformariam na base principal para o crescimento da Ação Popular (AP) por todo o país. Dom Alberto Ramos favoreceu também, segundo alguns depoimentos de militantes da esquerda paraense e católicos progressistas, a detenção de padres e leigos de esquerda que atuavam na Ação Católica, no MEB, na Frente Agrária, sobretudo os que participavam da JUC e militavam na Ação Popular (AP), ou, pelos, segundo outras opiniões menos críticas, não “moveu uma palha” em favor dos membros do clero e outros católicos presos ou perseguidos (COIMBRA, 2003; NUNES, 2004). Segundo Frei Betto, um dos coordenadores nacionais da JEC que estava em Belém participando do Slardes:

Na última semana de março, eu me encontrava em Belém do Pará, nun congresso latino-americano de estudantes (...). Escondi-me no Seminário. Mas, o arcebispo, dom Alberto Gaudêncio Ramos, passou a colaborar com a polícia interessada em deter os padres subversivos¹⁸.

Contudo, nem todos os membros da hierarquia da Igreja católica do Pará compartilharam as ideias e atuação do arcebispo em 1964. Nessa mesma entrevista Frei Betto afirma que dom

18 Tonic Mercador, “Confissões de um padre no final do século passado”. *Palavra*, setembro 1999; apud COIMBRA, 2003: 18.

Milton Correia Pereira, bispo-auxiliar, defendeu aos jovens da JEC e da JUC e aos padres que estavam sendo presos, perseguidos ou ameaçados de prisão, e também o aconselhou para sair rapidamente de Belém se não queria ser preso (idem).

O dia 7 de abril, o jornal *A Província do Pará* informa aos seus leitores da reunião extraordinária realizada, o dia anterior, pela hierarquia do clero paraense. Nessa reunião, segundo o jornal, o arcebispo de Belém, dom Alberto Gaudêncio Ramos, falou aos presentes sobre a necessidade de mostrar “ao povo que não necessitamos de comunistas para defendermos os seus direitos”, e conclamou a combater a “demagogia, a pressão do CGT e as greves e outros desmandos que eram incentivados pelo governo do sr. João Goulart”. Anunciando que seriam implementadas, entre outras, as seguintes medidas:

- Suspender o funcionamento do Movimento de Educação de Base e da Frente Agrária Paraense.
- Limitar o funcionamento das dependências do prédio da Ação Católica somente para casos que obtiveram licença por escrito do Arcebispado ou de seus bispos auxiliares.
- Declarar suspenso “*ipso facto*” do uso das ordens o sacerdote que acolher qualquer elemento foragido ou suspeito em dependências das igrejas, sacristias, colégios católicos ou entidades arquidiocesanas e não comunicar imediatamente à autoridade eclesiástica¹⁹.

Não podemos esquecer que na “luta contra o comunismo e seus aliados” o discurso religioso-católico era incorporado, ao repudiar o *comunismo ateu e tirânico*²⁰, por diferentes setores da sociedade civil e das Forças Armadas, para justificar a necessidade de perseguir e afastar aos populistas radicais e militantes dos partidos de esquerda (legais e ilegais) das instituições estatais (executivo, legislativo e judiciário). Exemplo paradigmático, a esse respeito, foram as *Marcha da Família com Deus pela Liberdade* realizadas, por todo o país, antes e depois do dia 31 de março de 1964 e as missas em Ação de Graças às Forças Armadas e à posse

19 *A Província do Pará*. “Importante reunião do clero. Arcebispo mostra a posição da Igreja face à atual situação do Brasil”. Belém, 07/04/1964.

20 *Folha do Norte*. “Manifesto ao Povo do Pará”. Belém, 02/04/1964.

de Castelo Branco na Presidência da República:

Na Catedral Metropolitana, o arcebispo de Belém, dom Alberto Gaudêncio Ramos, celebrou a Missa em Ação de Graças que o governo do estado mandou celebrar pelo êxito da redemocratização do País e posse do marechal Castelo Branco e do deputado José Maria Alkimin, nas altas funções de Presidente e vice-Presidente da República. (...). Ao término da missa dom Alberto Gaudêncio Ramos falou às autoridades e aos fiéis ressaltando o significado do momento que atravessamos (...). Citou, então, um episódio bíblico para ressaltar o que foi a noite do sábado Santo, este ano, que tivera em plena Semana Santa conspurcada a disciplina militar, quando esteve mergulhado em trevas, de repente no sábado Santo, a luz se propaga, o que foi para o Brasil cristão verdadeira aleluia porque, felizmente, voltou a reinar a liberdade. Rememorou, dom Alberto, os acontecimentos registrados nos dois últimos anos quando o país estava debaixo de alguma força que não respeitava a vontade de um povo tradicionalmente cristão²¹.

O arcebispo Alberto Ramos também liderou a convocatória da *Marcha da Família com Deus pela Liberdade* realizada em Belém e em outros municípios paraenses a partir do dia 20 de abril.

Acontecimento verdadeiramente impressionante foi, sem dúvida, a concentração popular de ontem, na Praça Justo Chermont [Belém], quando os paraenses externaram seu repúdio às ideias extremistas, que pairavam sobre o país como uma ameaça aterradora. O povo deslocou-se de todos os pontos da cidade para ouvir a palavra de apoio às forças armadas, com as quais se irmanou no movimento de 31 de março, que culminou com a queda do regime que nos levava à bolchevização²².

PERSEGUINDO AOS “BOLCHEVIQUES-PARAENSES”

Nas semanas seguintes ao golpe de Estado, centenas de militantes dos partidos de esquerda, algumas lideranças do PTB e PSD, sindicalistas, militares, estudantes e católicos progressistas,

21 *A Província do Pará*. Belém, 16/04/1964.

22 *O Liberal*. “Concentrou-se o Povo com Deus Pela Liberdade”. Belém, 22/04/1964.

foram presos e muitas organizações e entidades sindicais, especialmente as Ligas Camponesas e os sindicatos vinculados ao CGT, declarados ilegais, dissolvidos ou colocados sob intervenção. No Pará, cerca de 300 pessoas foram detidas durante os três primeiros meses de estado de exceção que vivenciou o país. A maioria dos presos eram estudantes universitários, lideranças sindicais e militantes da Ação Popular (AP) e, sobretudo, do PCB. Na noite do dia 1º de abril foram presos algumas das principais lideranças do PCB e da AP. Jarbas Passarinho relata em seu primeiro livro de memórias, *Na Planície*:

Imediatamente, começaram as prisões previstas no plano operacional da 2ª Seção (...). O Coronel Oliveira pessoalmente efetivou a do líder profissional do PC, Humberto Lopes, e do polêmico Coronel Aviador Jocelyn Brasil, bem assim a do líder estudantil Pedro Galvão de Lima, todos conduzidos (...) à presença do chefe do Estado Maior, noite alta. O poeta Rui Barata [ex-deputado federal; liderança do PCB], foi preso pelo Capitão Bahia, da PM (PASSARINHO, 1990: 106).

Assim relata Pedro Galvão a sua detenção:

Fui o primeiro a ser preso. No banco traseiro da Rural Willis estacionada no meio da avenida, vi de longe os dois homens de cabelos brancos vindo em direção à camionete, conduzidos por militares do Exército que lhes apontavam suas metralhadoras. Vestidos de cueca, sapatos e humilhação, eles procuravam manter a dignidade (...), eram Humberto Lopes e Jocelyn Brasil (...). Eles foram sequestrados – essa é bem a palavra – numa casa próxima, e a sua detenção em frente da UAP foi encenada com o propósito de caracterizar uma ligação entre dos dois militantes comunistas e os estudantes que ali se encontravam reunidos (...). Jocelyn e Humberto foram colocados a meu lado na camionete e ficamos os três ali (...). E a camionete arrancou, levando-nos num interminável desfile pela cidade, escolta dois por viaturas do Exército, até o quartel-general da Oitava Região Militar, na praça da Bandeira, seguindo um curioso itinerário que incluiu bairros tão fora de mão como São Braz, Marco, Pedreira, Telégrafo e Umarizal (GALVÃO, 2004: 17-18).

No dia 14 de abril também foi preso o ex-deputado estadual Henrique Felipe Santiago:

Sua prisão foi motivada ante as informações seguras de que era em Belém, o sr. Luiz Carlos Prestes, líder vermelho no Brasil. Por outro lado a reportagem foi informada que o sr. Henrique Felipe Santiago foi secretário do extinto PCB e chegou a legislar em Belém, como deputado do partido moscovita²³.

O deputado estadual, Benedicto Monteiro, que conseguiu fugir de Belém, foi preso no município de Alenquer no dia 15 de abril. Um dia antes, o seu mandato foi cassado pela Assembleia Legislativa do Pará, “por unanimidade de trinta e quatro votos, em uma reunião especialmente convocada para esse fim”²⁴. Raimundo Jinkings, presidente do CGT no Pará, foi preso em Belém no dia 29 de abril²⁵. Benedito Pereira Serra, presidente da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Pará (ULTAP), detido, em 10 de abril no município de Castanhal, morreu no Hospital Militar de Belém no dia 16 de maio de 1964, sendo registrada como causa de seu falecimento hepatite aguda. O médico paraense Alfredo Oliveira, militante do PCB de 1957 até 2004, no seu depoimento na Audiência Pública da Comissão Nacional da Verdade realizada, em Belém, no dia 29 de setembro de 2012, afirmou:

O Benedito Serra ele foi preso aqui no Quartel da Polícia Militar e lá ele apareceu com hepatite (...). Pode não ter contraído lá, ou pode também. Mas ele não foi assistido. Aí que está o problema. Só resolveram fazer alguma coisa por ele quando já estava em coma, tanto que ele foi transferido da prisão para o Hospital Militar já em coma para falecer.

Os padres Aluísio Neno, Diomar Lopes e Moisés Lindoso, que apoiavam ou lideravam as atividades da Pastoral Operária e do MEB e colaboravam com os jovens católicos da JEC e da JUC, deram cobertura, na *Casa dos Padres* – residência de seminaristas em Belém –, a alguns estudantes que participaram do Slardes,

23 *Folha do Norte*. Belém, 15/04/1964.

24 *Idem*. Em 21 de maio de 1985, a Assembleia Legislativa Paraense concedeu o título de Honra ao Mérito a Benedicto Monteiro.

25 *A Província do Pará*. “Jinkings, presidente do ex-CGT e agitador profissional, foi preso ontem em sua residência”. Belém, 30/04/1964.

evitando, assim, que fossem presos (COIMBRA, 2003: 115-116). Não tiveram a mesma sorte outros estudantes estrangeiros “que foram caçados pelos hotéis da cidade”²⁶. No dia 4 de abril, Aluísio Neno foi preso no aeroporto de Belém por militares da aeronáutica, “acusado de pregações comunistas no interior do Estado”²⁷. Almerinda Palha Freire, acusada de desenvolver atividades subversivas na Frente Agrária Paraense e na Frente Rural Sindical, foi presa, no município de Santa Izabel, no dia 15 de abril. Segundo notícia publicada no anticomunista *A Província do Pará*:

Almerinda Palha Freire, esteve na Rússia, fazendo curso de preparação (?) [sic] ligando-se mais tarde aos agentes vermelhos de Belém (...). pertencia também ao MEB (...) sob a orientação do padre Aluísio Nelo (...). Em poder da acusada a política aprendeu farto material de propaganda comunista”²⁸.

No final de junho de 1964 a maioria dos presos políticos do Pará foram postos em liberdade. Não foi esse o caso, entre outros, do presidente do Sindicato dos Petroleiros, Carlos Sá Pereira, preso na noite do dia 1º de abril, e Benedicto Monteiro que permaneceram presos até finais de 1964. Em seu livro *Transtempo*, o ex-deputado paraense relata, reconstrói, os interrogatórios e as torturas por ele sofridas.

Não vai dizer agora que não sabes dos planos? Da instalação da República Sindicalista. Não vais dizer os nomes, os nomes dos militares? (...). Quem era, aqui no Estado, o militar de confiança do presidente deposto? Nome, patente, unidade? Quem era ou quem é? (...). Da nossa parte só queremos os nomes dos militares. Dos teus comparsas sabemos de tudo (...). Humberto Lopes, aquele velho comunista de cabeça branca (...). Ele e outros estão presos na ilha e Cotijuba [município de Belém] (...). O governador do Estado foi o primeiro a dizer que te demitiu do cargo de secretário de Estado porque é comunista. Como sabes o teu

26 *Folha do Norte*. Belém, 05/04/1964.

27 *Idem*.

28 “Agente vermelha chegou presa e escoltada, ontem, a Belém”. *A Província do Pará*. Belém, 16/04/1964.

mandato de deputado foi cassado pelos teus próprios colegas. Depois disso ainda queres te manter nessa atitude suicida? (...). Antes da minha prisão em 1964, eu pensava que só existia a tortura física (...). Mas na prisão, durante os sete meses que passei na cela solitária de um quartel da Aeronáutica e do Exército, conheci outros tipos de torturas. Como a tortura mental, da incomunicabilidade, da psicológica, da orgânica e a tortura do silêncio (MONTEIRO, 1993: 46 e 64).

CASSADOS OS “BARATISTAS” DO PSD

Desde o mês de abril até o dia 15 de junho de 1964, acusadas de corrupção, atividades comunistas e/u colaboração com os subversivos, 441 pessoas tiveram suspensos seus direitos políticos e/ou cassados os seus mandatos, entre as quais, três ex-presidentes (Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart), seis governadores, 55 membros do Congresso Nacional (SKIDMORE, 1988: 60-62), deputados estaduais, prefeitos, oficiais militares, sindicalistas, militantes dos partidos de esquerda e funcionários públicos²⁹.

No Pará, acusados de favorecer atividades subversivas, suborno, corrupção e malversação de fundos públicos, clientelismo e recebimento de vultosas quantias derivadas do jogo do bicho, o governador e vice-governador, Aurélio do Carmo e Newton Miranda, respectivamente, o prefeito de Belém, Moura Carvalho, e o vice-prefeito, Isaac Soares, teriam cassados seus respectivos mandatos no dia 9 de junho de 1964. Também tiveram seus mandatos cassados e suspensos seus direitos políticos, Alberto Nunes (PTB), vereador de Belém; Agenor Moreira (PDS), prefeito de Cametá; e os deputados estaduais, Amílcar Moreira (PDS), José Manuel Reis Ferreira (PDS) e Nagib Mutran (UDN).

29 . Entre 1964 e 1979, 17.420 pessoas foram envolvidas em processos judiciais com base na Lei de Segurança Nacional: “O número de detidos naqueles quinze anos é desconhecido, mas sem dúvida foi muito superior” (ALMEIDA&WEIS, 338-339). Em 1970, Carlos Mauricy, chefe do Estado-Maior do Exército informava que havia no país cerca de 500 presos políticos, 56% deles estudantes. Segundo informações da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República do Governo Lula, publicadas no livro Direito à Memória e à Verdade, 475 pessoas morreram ou desapareceram no país por motivos políticos nos anos da ditadura.

Por estritas motivações políticas, isto é, acusado de comunista, Raimundo Jinkings, suplente de vereador em Belém pelo PSB, teve também seus direitos políticos suspensos³⁰.

Os trabalhos da Comissão de Investigação Sumária (CEIS) se iniciaram, em Belém, no dia 21 de maio de 1964, formada por oficiais das três Forças Armadas e presidida pelo general Bandeira Coelho, então interventor na Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (Spvea). Em junho, os integrantes da CEIS concluíram seu relatório que foi entregue, no Rio de Janeiro, ao marechal Taurino Rezende, presidente da Comissão Geral de investigações.

Abordado pela imprensa, declarou já haver entregue ao marechal Taurino Rezende o relatório de seus trabalhos, sentindo-se impossibilitado de prestar mais detalhes porque o assunto só deverá ser ventilado após um exame pelo marechal Taurino Rezende, o que será feito segunda-feira próxima. Adiantou, contudo, que pela conclusão e que há muita gente implicada, gente de alto gabarito enquadrada nos artigos sétimo e décimo do Ato Institucional, dependendo, todavia, da decisão final do Conselho de Segurança Nacional³¹.

Vejamos, a seguir, alguns trechos do Relatório, assinado pelo general Bandeira Coelho:

Na **Secretaria de Educação e Cultura**, cabe (...) a responsabilidade de ter permitido, por omissão, a infiltração comunista na União dos Estudantes dos Cursos Secundários do Pará (UECSP) (...), durante o Congresso dos Estudantes Secundários, realizado no mês de maio, trinta dos trinta e oito diretórios revelaram infiltração esquerdista (...).

É o Coronel Moura Carvalho, como presidente do **Partido Social Democrático**, quem recebe a quota mensal do jogo do bicho e determina as percentagens nas aquisições e fornecimentos (...).

[É] a corrupção desenfreada, à vista, facilmente identificável por certos atos incoerentes do **Legislativo** (...). Pelo suborno, às vezes até ostensivo

30 *A Província do Pará*. “Dez paraenses na lista de ontem de cassação de mandatos e direitos”. Belém, 10/06/64.

31 *A Província do Pará*. “Com Taurino o inquérito sobre o Pará. Belém, 06/06/1964.

e concedido não só aos seus partidários, mas também a alguns deputados da oposição.

No **Poder Judiciário** está, também, um dos fulcros da corrupção no Estado do Pará (...). A Justiça Eleitoral facilitou o acesso à Câmara Legislativa Estadual e às Câmaras Municipais de indivíduos desclassificados, aventureiros, oportunistas e mesmo contrabandistas notórios, pela adulteração de mapas eleitorais, no chamado “mapismo”. O Juizado dos Feitos da Fazenda foi a porta aberta ao descaminho e ao contrabando, com impunidade, inclusive dos juizes. Finalmente, de dois (2) mais, acusados, um (1) o é por professar ideias comunistas, até agora tranquilamente³².

As declarações do governador do Pará em favor da “Revolução” durante e após o dia 1º de abril, a sua presença, em Brasília, na posse do presidente Castelo Branco, nem tampouco a cooperação da Polícia Militar e Civil estadual na “caçada aos comunistas”, não levaram aos militares golpistas a esquecer a sua viagem oficial à União Soviética, o apoio do PSD paraense às denominadas Reformas de Base e às mudanças no sistema político brasileiro, entre as quais a legalização do PCB. Numa entrevista concedida ao jornal *A Província do Pará*, no dia 5 março de 1964, ao ser perguntado sobre a legalização do PCB, Aurélio do Carmo declarou ser “favorável, sob a justificativa de que, no regime democrático, todas as associações políticas devem ter seus direitos garantidos”. A respeito da reforma agrária, ele afirmou que “toda reforma que vier em benefício do povo, receberá sua opinião favorável”. A cúpula das Forças Armadas, especialmente os da *linha dura*, tampouco esqueceu a ambígua posição do governador no dia 31 de março, nem a sua recusa em depor na CEIS: “Achava que meus atos não poderiam ser analisados por uma autoridade militar. Só pelo Tribunal de Justiça”³³.

Meu pronunciamento foi na primeira hora e corri os mesmos riscos das correntes revolucionárias. O movimento podia não ter se decidido

32 Cópia completa do “Relatório da Comissão de Investigação Sumária” pode ser consultada no jornal *A Província do Pará* na edição publicada no dia 18/06/64.

33 *Diário do Pará*, “Aurélio do Carmo: 90 anos de um lutador”. Belém, 05/02/2012.

imediatamente e um Estado de Guerra Civil se estabeleceria em todo País e o Estado do Pará seria um dos pontos de apoio dessa revolução. Não desconheço que a Revolução tem sua filosofia e seus princípios. Convoquei os representantes de meu partido e eles me liberaram integralmente dos compromissos que me vinculavam às origens de minha eleição. Não se falava em devassa, nem em inquérito sumário, e o meu Governo formava novo secretariado, a fim de que novos princípios pudessem ser postos em vigor. Escolhi um secretariado de homens apolíticos, de técnicos, de pessoas altamente credenciadas de meio cultural e social da nossa terra. Não podia dar melhor prova de minha boa vontade, mas faltava a meus opositores o saque de meu Mandato. Ocorre, porém, que não obtive a outorga de meu Mandato por nomeação legal, nem através de escritura pública, mas por meio do voto popular, vencendo em todos os quadrantes do Estado e nesta culta cidade. Não posso renunciar a uma bandeira que não é minha, uma vez que meu Poder Civil pertence ao povo, e dele tudo emana nos termos da Constituição Federal³⁴.

Em depoimento à Audiência Pública da Comissão Nacional da Verdade, realizada em Belém no dia 29 de setembro de 2012, Aurélio do Carmo fez a declaração que resumimos a seguir:

Senhores membros da Comissão da Verdade. É uma aventura, é uma felicidade, eu poder estar aqui enfrentando uma plateia que ainda luta pela dignidade humana, pela liberdade, pela manifestação, sobre todos os aspectos (...). Eu assumi o poder, o governo do estado, eleito com 38 anos, assumi o dia que fazia 39 anos de idade. Cheio de sonhos, pensando realizar uma obra administrativa que marcasse a minha passagem pela administração pública. De repente – meu período era de cinco anos – eu fui apeado do poder pelo regime militar. Me recusei a depor às autoridades militares que foram ao Palácio de Governo, decretei luto oficial do Estado, até que descí aquelas escadarias para voltar a minha vida privada. Foram os piores dias da minha vida (...). Cheio de sonhos, e de repente, eu que fui eleito por uma maioria absoluta do eleitorado do nosso estado, eu perdi em apenas em um município, ganhei em todas as urnas de Belém (...). Saí de Chefe de Polícia para ser governador do Estado, passei por diversas funções e nunca me distancie do povo, daí a votação que tive nas urnas (...).

34 *A Província do Pará*. “Aurélio Corrêa do Carmo – Governador do Estado –, ‘Integração na revolução’”. Belém, 02/06/1964.

Nada se justificava que me tirasse do governo. Aí eu comecei a analisar porque seria. Na minha campanha política eu estive com Luiz Carlos Prestes e ele me apoiou. Esteve na União Soviética e na Checoslováquia... Esses fatos todos, eu os reuni. Tinha no meu Secretariado um membro do Partido Comunista, Benedicto Monteiro. Acredito que essa somatória de fatos, depois justificada por eles por outros aspectos, foram os que me tiraram do poder (CARMO, 2012).

Afirma Jarbas Passarinho em seus livros de memórias que a cassação dos mandatos do governador, vice-governador, prefeito e vice-prefeito do Pará, foi decorrente das apurações realizadas pelos integrantes da Comissão de Investigação Sumária, contudo, como ele mesmo relata, a deposição dos principais responsáveis pelo governo estadual e pela Prefeitura de Belém foi uma decisão tomada pela cúpula das Forças Armadas antes de serem iniciados os trabalhos da Comissão de Investigação Sumária. Assim, ainda que Jarbas Passarinho assinale que ele tentou preservar o governador, ele próprio escreve que o “destino do Dr. Aurélio já estava, a essa altura decidido em Brasília. O general Bizarria Mamede estivera em Belém, em viagem precursora preparando os elementos para a intervenção” (PASSARINHO, 1996: 186). Em carta enviada, meses depois, a Jarbas Passarinho, o general Carlos de Meira Mattos relata...

... a 28 de maio de 1964, estando na iminência a cassação de mandatos e a suspensão de direitos políticos do governador Aurélio do Carmo, o Presidente Castelo deu-me a missão de ir a Belém a fim de avaliar *in loco* a situação político-militar ali reinante e trazer sugestões de nomes que seriam bem aceitos pelos setores revolucionários para virem a ocupar a chefia do Governo do Estado (...). Permaneci em Belém nos dias 29 e 30 de maio de 1964, mantendo inúmeros contatos nos meios revolucionários locais (...). Após o meu regresso de Belém, foi nomeado comandante da 8ª Região Militar o Exmo. Sr. General-de-divisão Jurandir Bizarria Mamede, que recebeu a incumbência do Presidente Castelo Branco de encaminhar para uma solução rápida o problema sucessório paraense (PASSARINHO, 1996: 187-188).

A cassação das lideranças do PSD dos principais cargos político-administrativos no Pará, governador e prefeito de Belém,

foi favorecida ao ser nomeado para chefiar o Comando Militar da Amazônia o general Jurandir Bizarria Mamede, “veterano de conspirações e estopim da crise de novembro de 1955, que atentou contra a posse de JK” (BARATA, R. A, 2004: 299).

... o general Ramagem não inspirava confiança aos chefes revolucionários, precisava ser afastado. E o foi, com transferência para função burocrática no Rio de Janeiro. Veio a substituí-lo exatamente o general Bizarria Mamede, cuja missão já estava decidida: preparar a intervenção nos escalões do Governo do Pará, a prefeitura de Belém inclusive. Meu relacionamento com ele vinha dos tempos do Clube Militar, ele na direção do Departamento Cultural e eu dirigindo a Revista do Clube. Os episódios de 1954, com a deposição de Getúlio, e de 1955, com o impedimento de Café Filho, nos fizeram ainda mais intimamente ligados e solidários (PASSARINHO, 1996: 186).

OS MILITARES CONTROLAM O GOVERNO DO PARÁ E A PREFEITURA DE BELÉM

A 10 de junho de 1964, os vereadores de Belém elegeram, por unanimidade, o major Alacid da Silva Nunes³⁵ como prefeito, e o advogado e vereador, Irawaldir Rocha, vice-prefeito: “Em solenidade prestigiada pela presença de altas autoridades civis, militares e eclesiásticas, levada a efeito na sede do Legislativo da Cidade”³⁶. Até junho de 1964, Alacid Nunes foi o comandante do Quartel General da 8ª Região Militar, e segundo entrevista

35 Alacid da Silva Nunes nasceu em Belém no dia 25 de novembro de 1924. Hoje tenente-coronel na reserva, ingressou na Academia Militar das Agulhas Negras (Rio de Janeiro) em 1946. Capitão do Exército desde 1952, um ano depois trabalhava como ajudante de ordem do general Cordeiro de Farias que comandava a Zona Militar do Norte, sediada em Recife. Cordeiro de Farias foi eleito governador em 1954, campanha eleitoral que acompanhou Alacid Nunes. Em 1961, por indicação de Cordeiro de Farias, foi destinado para o Amapá, a fim de comandar a Guarda Territorial, assumindo, depois, o cargo de governador interino do Território Federal do Amapá. Após a renúncia de Jânio Quadros, retornou, em Belém, à vida militar.

36 *A Província do Pará*. “Câmara empossou ontem novos Prefeito e vice-prefeito do município”. Belém 11/06/1964.

publicada no jornal *O Liberal* em maio de 2014, ele “sabia de tudo que iria acontecer, mas não estava envolvido diretamente”³⁷. Envolvido ou não, coube a Alacid Nunes presidir o Inquérito Policial Militar. Alacid Nunes acredita que a sua escolha para assumir a Prefeitura de Belém foi articulada, inicialmente, pelo general Bandeira Coelho, mas foi o general Jurandir Mamede que, após uma conversa preliminar com ele, quem bateu o martelo.

O vice-prefeito Irawaldir Rocha abandonou o cargo em setembro de 1964, após sofrer reiteradas denúncias e interrogatórios por parte de oficiais da Força Aérea que o consideravam “um comunista”, ao estar vinculado à organização Ação Popular até abril de 1964. Para Jarbas Passarinho foi uma surpresa que Alacid Nunes aceitasse a indicação de Irawaldir Rocha, ao “ser visto com grande reserva, especialmente pelos militares da Aeronáutica, uma vez que pronunciara duros discursos contra Haroldo Veloso, no levante frustrado de Aragarças” (PASSARINHO, 1990:143). Mas essa não seria o primeiro desencontro, como veremos mais na frente, entre as duas das principais lideranças político-militares no Pará após-golpe de 1964.

No dia 12 de abril, a Assembleia Legislativa Paraense escolheu, também por unanimidade, como governador o tenente-coronel Jarbas Gonçalves Passarinho e, para o cargo de vice-governador, ao médico Agostinho Monteiro, ex-deputado estadual e federal eleito em 1946 pela legenda da UDN, que em 1958 candidatara-se ao Senado com o apoio do governador Magalhães Barata e não fora eleito.

Num esforço de reportagem, conseguimos apurar, às últimas horas de ontem que, na reunião realizada na residência do general Mamede, da qual participaram o tenente-coronel Jarbas Passarinho e todos os líderes de bancadas com assunto na Assembleia Legislativa, com a finalidade de encontrar uma solução ideal para o caso da vice-governança, que até aquele instante era problemática, ficou acertado, com o assentimento de todos os responsáveis pelas negociações em tela, que o candidato ao cargo de vice-governador a ser sufragado em eleição de hoje à tarde

37 *O Liberal*. “Estrela em ascensão começa a incomodar”. Belém, 25/05/2014.

será o do dr. Agostinho Monteiro³⁸.

Ao perder o PSD o controle do governo estadual e a Prefeitura da capital, ficou facilitada, assim, a tarefa dos seus tradicionais e novos opositores, militares e outras pessoas sintonizadas com os golpistas de 1964, de liquidar a máquina político-eleitoral pessedista. Em 1965, os partidários da “Revolução” escolheram ao prefeito Alacid Nunes como a governador do Pará. Para tanto, Alacid Nunes filiou-se à UDN, e o PTB, cujos deputados estaduais colaboravam com o governo de Jarbas Passarinho, indicou a Renato Franco como candidato a vice-governador. Uns dias antes das eleições, Alacid Nunes fez distribuir a sua *Mensagem ao Eleitor Paraense*, que seria posteriormente reproduzida pelos jornais de Belém:

A Revolução de 64 derribou o Presidente da República porque o mesmo havia permitido que a subversão atingisse no País um grau insuportável. No Pará o problema da corrupção era mais grave que o da subversão e foi ela que provocou a queda dos governantes locais. O que se apurou na maioria dos órgãos federais, estaduais e municipais, foi de estarrecer. Era o paraíso da inépcia, da estagnação e da desonestidade [...]. Em quinze meses, o Governador Jarbas Passarinho demonstrou como era possível dirigir o Estado por novos caminhos. Implementou a moralidade, o idealismo, a eficiência. Sua administração exemplar apresenta um dos saldos mais positivos, jamais obtidos em período tão curto por qualquer dirigente paraense³⁹.

O candidato escolhido pelo do PSD foi, curiosamente, o principal oponente eleitoral dos *baratistas*, o ex-governador e então senador Zacarias de Assumpção. A escolha era justificada pelas lideranças do PSD com o argumento de que somente um militar com notável respaldo eleitoral no Pará poderia tentar fazer frente à crescente influência política de Jarbas Passarinho e Alacid Nunes. A escolha de Zacarias de Assumpção revoltou a muitos pessedistas, especialmente dos municípios do interior

38 *A Província do Pará* “Última hora: Dr. Agostinho Monteiro será Vice-Governador”. Belém, 11/06/1964.

39 *A Província do Pará*. Belém, 02/10/65.

e à maioria dos deputados federais do PSD, alguns dos quais passaram a fazer campanha em favor de Alacid Nunes. Alacid Nunes, com o apoio do governador e da coligação de partidos integrada pela UDN, o PTB, o PDC e o PR, venceu o pleito eleitoral no dia 3 de outubro sem muitas dificuldades somando um total de 163.527 votos contra 67.166 obtidos por Zacarias de Assumpção. Somente em cinco municípios, dos 83 que existiam então no Pará, Assumpção foi o mais votado.

A DISPUTA PELO CONTROLE DO PARTIDO NO PODER: ARENA

Num primeiro momento, diferentemente das ditaduras militares estabelecidas, nos anos 1970, no Chile, Uruguai e Argentina, a cúpula das Forças Armadas manteve inalterado o sistema eleitoral e partidarista surgido no Brasil após a extinção do Estado Novo. Contudo, poucos dias depois da vitória dos candidatos do PSD aos governos estaduais de Minas Gerais e Guanabara, através do Ato Institucional nº 2 (AI-2), de 27 de outubro de 1965, todos os partidos foram declarados extintos. Um mês depois, com o intuito de fornecer certa aparência democrática ao regime militar, através do Ato Complementar nº 4, foi instaurado o sistema bipartidarista, outorgando ao partido da Aliança Renovadora Nacional (Arena) o papel de aliado do regime e ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) o de “oposição”. Aqueles que haviam sofrido a suspensão de seus direitos políticos não poderiam filiar-se nem a um partido nem a outro, ficando, portanto, impossibilitados de candidatar-se a qualquer cargo político-eletivo.

Ao ser instituído o bipartidarismo, a antiga rivalidade, no Pará, entre o PSD e os partidos que integravam a Coligação Democrática Paraense foi transferida à disputa entre uma Arena, “forte, vitoriosa e em expansão” e um MDB, “fraco e pessimista” (TUPIASSU, 1968: 38). Na Arena ingressaram, além de Jarbas Passarinho e Alacid Nunes, a grande maioria dos integrantes dos partidos que apoiaram a candidatura de Alacid Nunes, também Zacarias de Assumpção e muitas lideranças do PSD dos municípios

do interior. A maioria das lideranças e militantes do PSD de Belém se agruparam no MDB. Nas eleições de 1966, Jarbas Passarinho, candidato a senador pela Arena, obteve 204.913 votos, enquanto Moura Palha, pelo MDB, recebeu 40.078 votos. A Arena elegeu 8 dos 10 deputados federais a que o Pará tinha direito e 33 dos 41 deputados estaduais. Assim, como acertadamente ponderou Amílcar Tupiassu, na segunda metade da década de 1960, a vida política no Pará parecia ser decorrente mais de um sistema de partido único, que de um sistema bipartidarista (idem: 62).

A hegemonia que exerceu Arena até o fim do bipartidarismo influenciou para que boa parte das batalhas políticas no Pará se estabelecessem no seio do partido governista entre as duas mais importantes lideranças políticas no Pará de 1964 a 1982, Jarbas Passarinho e Alacid Nunes, e seus respectivos aliados civis e militares. Entretanto, Jarbas Passarinho ampliava a sua influência política no cenário nacional, quase sempre vinculado ao setor “linha dura” das Forças Armadas, mas não exclusivamente, Alacid Nunes, continuava mais afinado com o setor “moderado”.

Três civis desempenharam o cargo de governador no Pará após concluir o mandato de Alacid Nunes (1971): Fernando Guilhon, Aloysio Chaves e Clovis Rego. Na sua indicação, posteriormente referendada pelos deputados da Arena na Assembleia Legislativa, sempre tiveram a última palavra os presidentes da República (Médici e Geisel). Por exemplo, Jarbas Passarinho ao ser perguntado sobre a sua influência na escolha dos governadores civis, afirma:

A do Guilhon, totalmente. O Aloysio já tinha boas ligações também com o Gustavo Moraes Rego e tinha preparado a candidatura dele. Com a indicação do Aloysio, eu foi consultado e apenas concordei. No caso de Guilhon, não: eu dei três nomes para o presidente Médici: Guilhon, Newton Barreira e o Nélcio Lobato. Aí, um dia, o Médici disse que o número um entre os meus indicados era o número um deles também⁴⁰.

O engenheiro paraense Fernando José de Leão Guilhon desempenhou o cargo de governador a partir do dia 15 de março de 1971. Ainda que o vice-governador fosse um militar, o

40 *O Liberal* “Passarinho relembra 1964”. Belém, 03/04/2005.

coronel Newton Burlamaqui Barreira, dos trinta cargos de maior responsabilidade do governo de Fernando Guilhon, apenas seis foram desempenhados por membros das Forças Armadas⁴¹. Aloysio da Costa Chaves, ex-reitor da Universidade Federal do Pará (1969-1973) e ex-juiz do Trabalho, assumiu o governo estadual em 1975. Dois anos depois, apenas quatro militares participavam do primeiro escalão do seu governo: o Chefe do Gabinete Militar, o comandante da Secretaria de Estado de Segurança Pública, o responsável pelo Instituto de Terras do Pará (Iterpa) e o Diretor-Presidente da Cia. Paraense de Abastecimento (CHAVES, 1977). O vice-governador Clóvis Silva de Moraes Rêgo, ex-diretor do Conselho Estadual de Educação (CEE), assumiria o governo em 1978, quando Aloysio Chaves renunciou seu mandato para disputar as eleições ao Senado.

Após o interregno de governadores civis, Alacid Nunes reassumiu o governo estadual em 1979, contando com o apoio, entre outros, do seu principal padrinho político na cúpula do Exército, o marechal Cordeiro de Farias. Indicação referendada pelo presidente, Ernesto Geisel e pelo futuro presidente João Figueiredo. Segundo Jarbas Passarinho, que liderou a bancada governista no Senado nos primeiros anos do governo Figueiredo:

Eu fui com ele ao Figueiredo. Alacid disse ao Figueiredo: “Afirmo a Vossa Excelência que se eu for o escolhido [para o governo do Pará], o senador Jarbas Passarinho indica o senador, indica o vice e na passagem do meu governo quem ele indicar”. Eu não podia me contrapor (...). Que trunfo eu tinha? Só o Aluísio Chaves que era governador, é que estava no meu lado⁴².

Posteriormente, houve o seguinte diálogo entre Passarinho e o general Figueiredo:

“Presidente, esse rapaz não vai honrar o compromisso conosco”.
Figueiredo respondeu: “Se ele não honrar e o prejudicar, eu arrebento

41 Cf. Alacid Nunes, *Mensagem à Assembleia Legislativa — 15 de Julho de 1967*; e Fernando Guilhon, *Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa do Pará — 31 de Março de 1971*.

42 *O Liberal*. Belém, 03/04/2005.

com ele aqui”. Passarinho explicou: “Você não arrebenta porque lá em Bujaru, lugar que talvez nem exista no mapa, o governo vai ser ele e não o senhor; o poder é do governador, que nomeia o delegado, o coletor, e isso ele vai usar”⁴³.

Fosse ou não verdadeiro esse diálogo, o mesmo nos permite destacar a importância que adquire o cargo de governador para que aqueles que exercem o mandato possam ampliar ou manter sua influência política nos municípios dos seus respectivos estados. É preciso considerar também a sempre vigente *política dos governadores*, isto é, a necessidade que eles têm de manter boas relações com o presidente da República e integrantes do governo federal para obter dividendos político-eleitorais através do repasse de verbas da União para os seus estados. Caso contrário: “O governo federal cortou relações com o coronel Alacid Nunes. Na verdade essa briga só causou prejuízo ao povo, porque as verbas federais foram muito diminuídas ou simplesmente cortadas”⁴⁴. Vejamos a versão mais recente de Alacid Nunes a respeito desses acontecimentos:

Eu sabia que seria atrapalhado, mas não sabia como (...). As verbas não apareciam. Tudo que podia ser cortado, era. O Almir Gabriel, secretário de Saúde, descobriu uma forma de trazer dinheiro para cá, sem que a verba fosse cortada. Ele conseguiu recursos para Pernambuco e, de lá, a verba vinha para o Pará. Não fosse assim, meus adversários impediriam tudo (...). Eu não dizia uma palavra. Eles me provocavam de todo jeito e eu não dizia uma palavra (...). Eu não tinha nada, absolutamente nada, contra o Oziel Carneiro, que era um homem direito. Mas ele era apoiado pelos meus adversários. O jeito foi apoiar o Jader (...). Eu elegi o Jader e eles perderam⁴⁵.

43 Entrevista de Jarbas Passarinho concedida a Carlos Rocque para o jornal *O Liberal*; apud. FASE, *O Contexto Sócio-Econômico e Político de Belém*. Belém: s.d., p. 12.

44 FASE, *História das Lutas da CBB*. Belém: s.d., p. 32.

45 *O Liberal*. “Estrela em ascensão começa a incomodar”. Belém, 25/05/2014.

ELEIÇÕES DE 1982: PMDB O NOVO PARTIDO NO PODER NO PARÁ

As eleições realizadas no dia 15 de novembro de 1982 tornaram-se o pleito eleitoral mais importante do período pós-64. Os governadores voltavam a ser escolhidos por sufrágio direto e universal, renovava-se a Câmara Federal, as Assembleias Legislativas, um terço do Senado, as Câmaras Municipais e Prefeituras, com exceção das capitais e dos municípios declarados Áreas de Segurança Nacional⁴⁶. Com a manutenção da eleição indireta do presidente da República, os resultados eleitorais iriam definir, mais uma vez, a composição do Colégio Eleitoral que escolheria o sucessor do general Figueiredo.

Para que tudo continuasse sob o controle dos partidários do regime militar sem que se precisasse recorrer ao expediente de pôr fim ao processo de abertura política, o governo federal, em fins de 1981, apresentou ao Congresso Nacional o que seria conhecido como o Pacote de Novembro, destinado a modificar alguns artigos da lei eleitoral. A finalidade das mudanças era favorecer os candidatos do PDS, partido que contava então com o maior número de Diretórios Municipais. Aprovadas as modificações, em janeiro de 1982, as que tiveram maior influência na estratégia eleitoral dos partidos políticos foram a proibição de coligações eleitorais e a introdução do voto vinculado em todos os níveis; isto é, os eleitores ficavam impedidos de votar em candidatos de partidos diferentes (por exemplo, para governador, prefeito ou deputado), sob pena de terem o seu voto anulado.

Algumas dessas mudanças acabaram por favorecer também ao PMDB, debilitando assim os objetivos da cúpula militar de extinguir o bipartidarismo. A proibição de alianças eleitorais favoreceu o ingresso no PMDB da maioria dos filiados do Partido Popular (PP). O PMDB também se beneficiou do voto vinculado ao contar, comparativamente aos outros partidos da oposição, com maior número de filiados, diretórios e candidatos.

46 As eleições municipais previstas para 1980 foram adiadas para 1982, sendo prorrogados aos mandatos dos prefeitos e vereadores eleitos em 1976. As capitais e os 62 municípios que foram declarados Áreas de Segurança Nacional teriam que esperar até o fim do regime autoritário-militar (1985) para poder escolher seus prefeitos por sufrágio universal.

Esses fatores resultaram na campanha pelo voto útil no PMDB, como forma de derrotar o PDS. Em suma, as eleições voltavam a se polarizar, dessa vez entre os partidos surgidos da Arena e do MDB, apesar de serem cinco os partidos até então legalizados que apresentaram candidatos às eleições: PDS, PMDB, PTB, PDT e PT.

Outros dois fatores tiveram grande importância na campanha e nos resultados eleitorais de 1982: a situação da economia nacional e as incertezas que ainda pairavam quanto à continuidade do processo de transição à democracia, traduzidas na possibilidade de que a cúpula das Forças Armadas não aceitasse um resultado eleitoral favorável aos partidos da oposição. As dificuldades pelas quais atravessava a economia brasileira não eram apenas resultado do modelo de desenvolvimento implementado pelos tecnocratas do regime militar, mas também da crise econômica na qual estavam imersos boa parte dos países do “Primeiro Mundo”, especialmente os EUA. Nos primeiros meses de seu primeiro mandato como presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, visando à recuperação econômica do seu país, adotou uma política que trouxe graves consequências para os países do “Terceiro Mundo”, especialmente os latino-americanos que, como o Brasil, tinham uma elevada dívida externa. O aumento do valor dos juros bancários e o fortalecimento do dólar significou para os países latino-americanos, além da diminuição do fluxo de capitais externos, o incremento, em moeda nacional, do valor da dívida externa e do seu serviço (ambos expressos em dólares). A década perdida, como foram chamados, do ponto de vista econômico, os anos 1980 nos países da América Latina, já começava mal para o Brasil. Em 1980, a dívida externa líquida alcançava 46,9 bilhões de dólares (50% superior à de 1978), a inflação ultrapassava 100% ao ano e o PIB de 1981, em comparação ao do ano anterior, diminuía 4,5% (PETIT, 2003:158-159).

No marco geral da polarização eleitoral entre o PDS e o PMDB, as eleições de 1982 adquiriram no Pará algumas

características específicas que precisam ser consideradas para compreender os resultados eleitorais que deram a vitória ao candidato do PMDB, Jader Barbalho, ao governo estadual⁴⁷. O principal oponente, o empresário Oziel Carneiro, candidato do PDS, tinha em Jarbas Passarinho, candidato à reeleição ao seu terceiro mandato como senador, seu principal cabo eleitoral. Também o presidente Figueiredo se fez presente em Belém para apoiar ao candidato do PDS. Jader Barbalho contou com a colaboração, além do governador Alacid Nunes e dos setores que com ele tinham abandonado o PSD, de parte dos empresários e comerciantes, classes médias e a grande maioria dos setores progressistas e/ou de esquerda no Pará, inclusive de boa parte das organizações e tendências internas do PT, apesar do partido ter lançado candidato próprio. Além disso, o MDB tinha logrado em 1978 o seu melhor desempenho eleitoral no Pará, ao eleger quatro dos dez deputados federais. Num manifesto em apoio à candidatura de Jader Barbalho, assinado, em 1992, por intelectuais, professores, artistas e profissionais liberais pode-se ler:

Porque [...] estamos com o Pará e não com as multinacionais, estamos com Jader. Porque devemos preservar a integridade territorial do Estado, ameaçada de desmoronamento, estamos com Jader. Porque desejamos um país aberto e democrático... Porque pretendemos uma justa política agrária... Porque não queremos uma juventude reprimida e tutelada... Por tudo isso, estamos com Jader⁴⁸.

O resultado das eleições de 1982 confirmaram que a pugna eleitoral continuava polarizada entre os herdeiros da Arena e do MDB. O PDS obteve a maioria dos integrantes do Colégio Eleitoral (52,8%) e 13 governadores; o PMDB elegeu 9 governadores, entre eles os de São Paulo e Minas Gerais; e

47 O advogado Jader Fontenelle Barbalho, nascido, em Belém, em 1944, filho do deputado estadual do PSD e MDB, Laércio Barbalho, foi eleito vereador de Belém em 1966. Em 1971 foi eleito deputado estadual e, em 1974, deputado federal, e reeleito em 1978, sempre pela legenda do MDB. Jader Barbalho durante o exercício dos seus mandatos fizera clara oposição à ditadura. Em 1988 assumiu o Ministério da Reforma Agrária, sendo reeleito governador do Pará em 1990.

48 *Diário do Pará*. Belém, 29/10/82.

o PDT, elegeu a Leonel Brizola governador do Rio de Janeiro. Faltaram apenas 10 deputados federais para que o PDS obtivesse a maioria absoluta na Câmara de Deputados: fez 235 deputados, de um total de 479. O PMDB elegeu 200; o PDT, 23; o PTB, 13; e o PT, 8 (FLEISCHER, 1988: 19, 80-81 e 244). No Pará, os candidatos do PMDB foram os grandes vencedores nesse pleito eleitoral. Jader Barbalho foi eleito governador e Hélio Gueiros senador, impedindo, assim, a reeleição de Jarbas Passarinho. O PMDB elegeu 23 deputados federais e 16, o PDS⁴⁹.

A maioria que o PDS obteve no Colégio Eleitoral acabou estimulando uma das mobilizações políticas mais importantes da história do Brasil, a *Campanha pelas Diretas-Já*. Iniciada em fins de 1983, mobilizou a milhares e milhares de pessoas por todo o país, mas não conseguiu o objetivo de conseguir os votos necessários no Congresso para aprovar a emenda constitucional, apresentada pelo deputado Dante de Oliveira (PMDB), que estabelecia a eleição direta do presidente da República⁵⁰. A nova vitória do PDS, no entanto, acabou contribuindo para sua posterior e progressiva decadência político-eleitoral. O fato de setores do PDS, sobretudo do Nordeste, terem se oposto à escolha do ex-governador de São Paulo, Paulo Maluf como candidato à Presidência da República incentivou articulações de membros do partido para compor, com a ala conservadora do PMDB, uma chapa para concorrer à indicação do Colégio Eleitoral. Nesse processo surgiu o Partido da Frente Liberal (PFL), que apoiaria a candidatura de Tancredo Neves (PMDB), ex-presidente do Partido Popular e governador de Minas Gerais, para presidente, e de José Sarney para vice-presidente. No dia 15 de janeiro de 1985, os integrantes do Colégio Eleitoral votaram majoritariamente a favor da chapa de Tancredo e Sarney. Com a morte de Tancredo, porém, quem assumiria o cargo de presidente não seria nenhum opositor à ditadura, mas José Sarney, ex-governador do Maranhão pela

49 Jader Barbalho (PMDB) obteve 501.605 votos (46,1%); Oziel Carneiro (PDS), 461.969 votos (42,5%); e Hélio Dourado (PT), 11.010 (MENEGUELLO, 1989: 124).

50 Todos os deputados federais da oposição votaram a favor da emenda; 55 deputados do PDS votaram a favor, 65 contra e 112 não compareceram à votação (LAMOUNIER & MENEGUELLO, 1986: 125).

Arena e ex-presidente do PDS. Nascia assim a *Nova República*, marcada pela influência no Congresso Nacional e no governo federal de políticos que colaboraram com o regime autoritário-militar. O processo de consolidação do regime democrático apenas concluiria, formalmente, após ser aprovada a nova Constituição (1988) e realizadas as primeiras eleições diretas (sufrágio universal) para presidente da República (1999).

TENTANDO CONCLUIR...

A maioria das lideranças político-partidárias civis que apoiaram aos golpistas e a escolha de Castelo Branco para a Presidência da República, não esperavam que os militares permanecessem no poder por tanto tempo. Tampouco imaginavam essa eventualidade a maioria dos membros das Forças Armadas, os opositores reformista-populistas e parte das organizações e partidos de esquerda. Resultam, assim, bastante pertinentes, ainda, as reflexões de Hélio Jaguaribe:

A facilidade inesperada com a qual as primeiras tropas rebeldes obtiveram a adesão do resto das forças armadas, mercê do que as forças armadas assumiram pleno controle do país, levou o golpe a uma rápida e cumulativa radicalização pela direita. Por outro lado, estes mesmos fatos impeliram o Exército, na qualidade de núcleo das forças armadas, a concentrar todo o poder nas mãos dos militares, como corporação, reduzindo a termos nominais ou secundários a participação dos políticos que haviam tomado parte na contrarrevolução anti-Goulart (JAGUARIBE, 1972: 228-229).

Através das medidas de exceção, sustentadas “legalmente” através dos Atos Institucionais e Complementares assinadas pelos presidentes militares, foram sendo cassados os direitos políticos da maioria dos candidatos civis que tinham chances de liderar um amplo movimento de oposição político e/ou eleitoral, especialmente como candidatos à Presidência da República e/ou governadores. Primeiramente, como vimos, foram cassados

os mandatos e direitos políticos dos presidentes João Goulart (abril/64), Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros (junho/64). Depois chegou o turno aos governadores Adhemar de Barros (1966) e Carlos Lacerda (1968).

Um dos setores mais atingidos pelo saneamento das instituições foi o meio militar. De 1964 a 1970, segundo dados levantados por Cláudio Vasconcelos, foram punidos 1.498 militares (reforma, demissão, suspensão dos direitos políticos etc.), entre os quais 270 altos oficiais; 283 oficiais intermediários e subalternos; 767 sargentos e suboficiais (VASCONCELOS, 2006: 160). Em agosto de 1966, após ser afastado do comando do II Exército o general, Amaury Krueel rompeu publicamente com Castelo Branco fazendo público um manifesto através do qual lamentava que o país tivesse mergulhado numa cruel ditadura e denunciava que as cassações se transformaram num “instrumento para eleger candidatos do agrado pessoal do chefe do Poder Executivo”⁵¹ (LIRA NETO, 2013: 381). Como escreveram Maria Celina D’Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro:

A profundidade da crise que afetou a hierarquia e a disciplina das Forças Armadas talvez seja a principal razão para que 64 não tenha sido apenas uma intervenção “moderadora” dos militares na política, a exemplo de diversas anteriores. Dessa vez, o expurgo teria de atingir “a própria carne” da instituição para evitar novas experiências divisionistas (D’ARAUJO et. al., 2014: 15).

Afastados das Forças Armadas boa parte dos militares progressistas e de esquerda, a disputa pelo controle dos “destinos da revolução”, estabeleceu-se entre os setores da *linha dura* e os *moderados*, também denominados, respectivamente, *costistas* ou *castelistas*, transformando-se também a Arena, o partido dos militares e dos seus aliados civis, num espaço de disputa entre os diferentes setores das Forças Armadas, com seus respectivos “grupos ou facções dotadas de poderes decisórios e deliberativos e mesmo as sólidas relações destes com atores políticos e movimentos sociais - em suma, a capacidade autônoma dos

51 Amaury Krueel passou à reserva como marechal, filiou-se ao MDB e foi eleito deputado federal pela Guanabara em 1966.

militares em agirem como um autêntico partido” (CARVALHO, 2011).

A longa duração do regime autoritário-militar enfraqueceu, sem dúvida, a futura ação política dos militares, inclusive no âmbito eleitoral. Desde as eleições de 1982 até as realizadas em 2012, podemos constatar, comparativamente a outros períodos da história republicana brasileira, uma crescente diminuição da participação de oficiais das Forças Armadas no cenário político-eleitoral nacional e também no Pará⁵². Ainda que ex-governadores Jarbas Passarinho e Alacid Nunes continuaram bastantes ativos politicamente após 1983, nunca recuperaram, porém, o poder que exerceram nos anos anteriores. Alacid Nunes, que desempenhou seu primeiro mandato como deputado federal entre 1975-1978, em 1990, já filiado ao PFL, foi eleito para o seu segundo mandato, mas não conseguiu a sua reeleição no pleito eleitoral de 1994. Em 1998, abandonou o PFL sem filiar-se a qualquer outro partido. Nas eleições de 1986, Jarbas Passarinho foi reeleito senador com o apoio de Jader Barbalho, contribuindo, em troca, à eleição de Hélio Gueiros (PMDB) como novo governador. Em 1994, Jarbas Passarinho, ministro de Justiça do governo Collor de Mello, concorreu ao governo do Pará pelo Partido Progressista Reformador (PPR) sendo derrotado por Almir Gabriel (PSDB).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARATA, Ruy Antonio. História de raça e pirraça nas terras do Grão Pará. In: NUNES, André Costa et. al. *1964 - Relatos Subversivos: Os estudantes e golpe no Pará*. Belém: Edição dos Autores, 2004, pp. 269-307.

BARROS, Keiler do Espírito Santo. *Num tempo...* Página infeliz da Nossa História: a ditadura militar em Belém 1964-1968. TCC, Faculdade de História

52 No Estado do Pará, por exemplo, boa parte das lideranças que assumiram o governo estadual desde a proclamação da República (1889) até 1982, eram membros do Exército: Lauro Sodré (governador 1891-1897 e 1917-1921), Magalhães Barata (interventor 1910-1935 e 1943-1945; governador 1956-1959), Moura Carvalho (1947-1950 e 1959-1961), Zacarias de Assunção (interventor 1945-1946; governador 1951-1956), Jarbas Passarinho (governador 1964-966) e Alacid Nunes (governador, 1966-1971 e 1979-1983).

UFPA. Belém, 2004.

CARMO, Aurélio do. *Depoimento Audiência Pública da Comissão Nacional da Verdade* (Belém, 29/09/2012). <http://www.youtube.com/watch?v=mPBhA7Wdn3o>. Acesso em: 30 abr. 2014.

CARVALHO, Bruno Guedes de. Verde-olivas carmesins? Militares subalternos, radicalização política e historiografia política no Brasil. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo, Anpuh, julho 2011. http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308101645_ARQUIVO_TextoANPUHNacional.pdf. Acesso em: 25 de set. 2012.

COIMBRA, Oswaldo. *Dom Alberto Ramos Mandou Prender Seus Padres: A Denúncia de Frei Betto Contra o Arcebispo do Pará, em 1964*. Belém: Paka-Tatu, 2003.

CORTEZ, Roberto. 1964. Quem conta um conto aumenta um ponto. In: NUNES, André Costa et. al. *1964 - Relatos Subversivos: Os estudantes e golpe no Pará*. Belém: Edição dos Autores, 2004, pp. 43-118.

D'ARAUJO, Maria Celina & CASTRO, Celso (orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: FGV, 4ª edição 1997.

D'ARAUJO, Maria Celina & SOARES, Gláucio Ary Dillon & CASTRO, Celso. *Visões do Golpe: 12 depoimentos de oficiais que articularam o golpe militar de 1964*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 3ª edição 2014.

DREIFUSS, R.A. *1964: A conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

FASE. *História das Lutas da CBB*. Belém: FASE, s.d..

FASE. *O Contexto Sócio-Econômico e Político de Belém*. Belém: FASE, s.d..

FICO, Carlos. *Além do golpe*. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 3ª edição 2014.

FICO, Carlos. Ditadura Militar: mais do que algozes e vítimas. A perspectiva de Carlos Fico. *Revista Tempo e Argumento*. Florianópolis, vol. n° 5, n° 10, jul./dez. 2013.

FLEISCHER, David (org.), *Da distensão à abertura: as eleições de 1982*. Brasília: Universidade de Brasília, 1988.

GALVÃO, Pedro. Vencidos e vencedores. In: NUNES, André Costa et. al. *1964 - Relatos Subversivos: Os estudantes e golpe no Pará*. Belém: Edição dos Autores, 2004.

JAGUARIBE, *Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

LAMOUNIER, Bolívar & MENEGUELLO, Rachel. *Partidos Políticos e Consolidação Democrática*. O Caso Brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LIRA NETO. *Castelo: a marcha para a ditadura*. São Paulo: Contexto, 1ª reimp. 2013.

MENEGUELLO, Rachel Meneguello. *PT: A Formação de um Partido (1979-1982)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

MONTEIRO, Benedicto. *Transtempo*. Belém: Cejup, 1993.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

NUNES, André Costa et. al. *1964 - Relatos Subversivos: Os estudantes e golpe no Pará*. Belém: Edição dos Autores, 2004.

OLIVEIRA, Alfredo. *Depoimento Audiência Pública pela Comissão Nacional da Verdade* (Belém, 29/09/2012). <http://www.youtube.com/watch?v=xECA90X4yUA>. Acesso em: 30 abr. 2014.

PEREIRA, Carlos Sá. *A Verdade*, 29 de nov. 2010.

<http://www.movimentolutadeclasses.org/index.php/noticias/politicanacional/111-entrevistasapereira>. Acesso em: 12 abr. 2014.

PETIT, Pere. *Chão de Promessas: Elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964*. Belém: Paka-Tatu, 2003.

PASSARINHO, Jarbas. *Na Planície*. Belém: CEJUP, 1990.

PASSARINHO, Jarbas. *Um Híbrido Fértil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 3ª edição 1996.

PINTO, Lúcio Flávio. A mesma origem dos jornais rivais (28/08/2007). http://observatoriodaimprensa.com.br/news/view/a_mesma_origem_dos_jornais_rivais. Acesso em: 10 junho 2014.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. *Estudos Históricos*, vol. 23, nº 45. Rio de Janeiro: janeiro-junho de 2010.

REIS, Daniel Aarão. A ditadura civil-militar. *O Globo*. Rio de Janeiro, 31 de março de 2012.

ROUQUIÉ, Alain (coord.) *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980.

SKIDMORE, Thomas. *De Castelo a Tancredo (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 6ª edição 1988.

TAVARES, Flávio. *Flávio Tavares, o último jornalista a estar com Jango em Brasília, em 64*. <http://www.pdt-rj.org.br/paginaindividual.asp?id=95>. Acesso em: 26 maio 2014.

TUPIASSU, Amílcar. As eleições paraenses de 1966. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, nº 23-24. Belo Horizonte: UFMG, 1968.

VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. A política repressiva contra militares no Brasil após o Golpe de 1964. *Locus: revista de história*. Juiz de Fora, vol. 12, nº 2, 2006.